

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS - CGP

DIVISÃO TÉCNICA DE CONCURSO E INGRESSO – CRH.1
CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2016 PARA PROVIMENTO
DE CARGOS VAGOS DE ANALISTA DE SAÚDE - OBSTETRIZ
Onde se lê:

1.2. O Concurso destina-se ao provimento, pelo Regime Estatutário, de 20 (vinte) cargos vagos de Analista de Saúde – Obstetriz, mais os que vierem a vagar ou que forem criados para o Quadro dos Profissionais da Saúde em conformidade com a Lei nº 16.122 de 15/01/2015, dentro do prazo de validade de 01 (hum) ano prorrogável por mais 01 (hum) ano a contar da data de homologação do certame a critério da Secretaria Municipal da Saúde – SMS.

Leia-se:
 1.2. O Concurso destina-se ao provimento, pelo Regime Estatutário, de 20 (vinte) cargos vagos de Analista de Saúde – Obstetriz, mais os que vierem a vagar ou que forem criados para o Quadro dos Profissionais da Saúde em conformidade com a Lei nº 16.122 de 15/01/2015, dentro do prazo de validade de 02 (dois) anos prorrogável por mais 02 (dois) anos a contar da data de homologação do certame a critério da Secretaria Municipal da Saúde – SMS.

Onde se lê:
 15.6. O prazo de validade deste Concurso será de 1 (um) ano, contado da data da homologação de seus resultados, prorrogável por uma única vez por igual período, a critério da Administração.

Leia-se:
 15.6. O prazo de validade deste Concurso será de 02 (dois) anos, contado da data da homologação de seus resultados, prorrogável por uma única vez por igual período, a critério da Administração.

Onde se lê:
 2.1. O candidato aprovado no Concurso, de que trata este Edital, será investido no cargo se atender às seguintes exigências, na data da posse:

- a) ...
- b) ...
- c) ...
- d) possuir:

* Certificado de Conclusão de Curso de Obstetriz acompanhado do respectivo Histórico Escolar (com data de Colação de Grau) ou Diploma do Curso Superior de Obstetriz expedido por escola oficial ou oficializada, devidamente registrado e inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREN-SP ou,

* Certificado de Conclusão de Curso de Enfermagem com habilitação em Enfermagem Obstétrica acompanhado do respectivo Histórico Escolar (com data de colação de Grau) ou Diploma do Curso Superior de Enfermagem com Habilitação em Enfermagem Obstétrica expedido por escola oficial ou oficializada, devidamente registrado e inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREN-SP ou,

* Certificado de Conclusão de Curso de Enfermeiro com respectivo Histórico Escolar (com data de Colação de Grau) acompanhado de Certificado de Conclusão de Curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica e na Saúde da Mulher ou Diploma do Curso Superior de Enfermeiro acompanhado do Certificado de Conclusão de Curso de Especialização em Enfermagem – Obstétrica e na Saúde da Mulher expedido por escola oficial ou oficializada, devidamente registrado e inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREN-SP.

Leia-se:
 2.1. O candidato aprovado no Concurso, de que trata este Edital, será investido no cargo se atender às seguintes exigências, na data da posse:

- a) ...
- b) ...
- c) ...
- d) possuir:

* Certificado de Conclusão de Curso de Obstetriz acompanhado do respectivo Histórico Escolar (com data de Colação de Grau) ou Diploma do Curso Superior de Obstetriz expedido por escola oficial ou oficializada, devidamente registrado e inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREN-SP ou,

* Certificado de Conclusão de Curso de Enfermagem com habilitação em Enfermagem Obstétrica acompanhado do respectivo Histórico Escolar (com data de colação de Grau) ou Diploma do Curso Superior de Enfermagem com Habilitação em Enfermagem Obstétrica expedido por escola oficial ou oficializada, devidamente registrado e inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREN-SP ou,

* Certificado de Conclusão de Curso de Enfermeiro com respectivo Histórico Escolar (com data de Colação de Grau) acompanhado de Certificado de Conclusão de Curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica e na Saúde da Mulher ou Diploma do Curso Superior de Enfermeiro acompanhado do Certificado de Conclusão de Curso de Especialização em Enfermagem – Obstétrica e na Saúde da Mulher expedido por escola oficial ou oficializada, devidamente registrado e inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREN-SP.

Onde se lê:
 14.3.9. Possuir:

* Certificado de Conclusão de Curso de Obstetriz acompanhado do respectivo Histórico Escolar (com data de Colação de Grau) ou Diploma do Curso Superior de Obstetriz expedido por escola oficial ou oficializada, devidamente registrado e inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREN-SP ou,

* Certificado de Conclusão de Curso de Enfermagem com habilitação em Enfermagem Obstétrica acompanhado do respectivo Histórico Escolar (com data de colação de Grau) ou Diploma do Curso Superior de Enfermagem com Habilitação em Enfermagem Obstétrica expedido por escola oficial ou oficializada, devidamente registrado e inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREN-SP ou,

* Certificado de Conclusão de Curso de Enfermeiro com respectivo Histórico Escolar (com data de Colação de Grau) acompanhado de Certificado de Conclusão de Curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica e na Saúde da Mulher expedido por escola oficial ou oficializada, devidamente registrado e inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREN-SP.

* Certificado de Conclusão de Curso de Enfermagem com habilitação em Enfermagem Obstétrica acompanhado do respectivo Histórico Escolar (com data de colação de Grau) ou Diploma do Curso Superior de Enfermagem com Habilitação em Enfermagem Obstétrica expedido por escola oficial ou oficializada, devidamente registrado e inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREN-SP ou,

* Certificado de Conclusão de Curso de Enfermeiro com respectivo Histórico Escolar (com data de Colação de Grau) acompanhado de Certificado de Conclusão de Curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica e na Saúde da Mulher expedido por escola oficial ou oficializada, devidamente registrado e inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREN-SP.

EDITAIS

GOVERNO MUNICIPAL

GABINETE DO SECRETÁRIO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC COMUNIQUE-SE: EDITAL 2016-1-031

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL
 ENDEREÇO: VIADUTO DO CHA, 15 - 5 ANDAR
 2015-0.277.995-8 MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
 APENACAO:AP.11.020.0009/2016 11. 20- GABINETE DO SECRETARIO APENADO:16.403.724/0001-16 BLUE PARTS LICITACOES LTDA - EPP EMPENHO:115.083/2015 TIPO:MULTA MULTA:R\$45,93 APLICAO A EMPRESA BLUE PARTS LICITACOES-LTDA EPP,CNPJ: 16.403.724/0001-16, PENA PECUNIARIA PREVISTA NO ITEM 7.2.4 DAS N.E 115.083/2015 E 115.098/2015, POR INEXECUCAO TOTAL DO AJUSTE.

SELINHA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - COMAP

ATA DA 147ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – COMAP REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

Aos 22 de Fevereiro de 2016, às 14H30 horas, sob a presidência do Sr. Luis Eduardo Patrone Regules, realizou-se a 147ª reunião Plenária Extraordinária do Conselho Municipal de Administração Pública – COMAP, na sala de reuniões da Assessoria Técnica, da Secretaria do Governo Municipal, estando presentes os seguintes membros: Tatiana Regina Rennó Sutto, de SGM/AT; Patrícia Guilharducci, de SGM/AT; Vilma Rodrigues Cezar Cardoso, Suplente de SF; Vinicius Gomes dos Santos, Suplente de SNJ.; Willian Fernandes, Suplente de SMRG. O Conselho foi instituído pelo Decreto nº. 50.514/2009 e posteriores alterações e os membros nomeados por meio da seguinte portaria: Portaria 96 de 27 de fevereiro de 2015.

Dado início a centésima quadragésima sétima reunião extraordinária, segue abaixo resumo das deliberações:

1. Foram apreciadas as propostas de nomeações/designações formalizadas pelas diversas Secretarias e obtiveram manifestação favorável ao prosseguimento, uma vez examinadas as declarações apresentadas em atendimento ao Decreto nº 50.898/2009, com vistas a evitar situações que possam contrariar o disposto da Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal, bem como, ao Decreto nº 53.177/2012:

OFÍCIO	SECRETARIA	NOME
107	SDTE	ALFREDO ERMIRIO DE ARAUJO ANDRADE
108	SDTE	RITA DE CÁSSIA LOTITO
012	SEL	ADEMAR KAZUMI SHIMABUKURO
030	SEME	ELAINE BLANES ALVES DE OLIVEIRA
031	SEME	COSME LUCIA PEREIRA
031	SEME	VERA LUCIA BLANES ALVES FERREIRA
037	SEME	ALBERTO GOMES DE OLIVEIRA VIEIRA
037	SEME	ALITON ARLEY MALTA CARVALHO
039	SEME	RENE RONDON
040	SEME	ALTAIR ALVES VIANA
043	SEME	LUIZ PIMENTEL LIMA
034	SES	EMERSON MOTA SANTANA
113	SF	FILIPE ALMEIDA ALVES
114	SF	HELEN ROSE OKITA
129	SF	SANDRA VASCONCELOS SILVA MORENO
129	SF	GABRIELE REGINA DE FARIA FERREIRA
026	SMADS	ERIKA RIBEIRO DE MENDONÇA
026	SMADS	ELIZABETH BOASORTE RAW
026	SMADS	CLAUDIA REGINA DOS SANTOS SOUZA
035	SMADS	GIOVANNA DE MOURA ROCHA LIMA
037	SMADS	PIERRE RINCO
038	SMADS	ELISANDRA CARLA DA SILVA
039	SMADS	MARGARIDA MARIA LAZARO SILVERIO
040	SMADS	MARIA ANGELICA DE OLIVEIRA PINTO
036	SMC	LUIZA HELENA THESIN
036	SMC	ANDERSON JOSE FRANCISCO
037	SMC	DANIELLE NOBIS PIMENTEL
038	SMC	MARCOS JEAN RUBIO
077	SMDU	CLAUDIA CALAZANS CARDOSO
078	SMDU	RODRIGO DE ARAUJO MERIDA SANCHES
078	SMDU	ROGÉRIO FAZIO DE SOUZA
078	SMDU	DOUGLAS PEIXOTO DA SILVA
078	SMDU	VICTOR GRAUMAN
252	SME	ALAN DANTAS DOS SANTOS FELISBERTO
353	SME	GENIVAL JOSE PEREIRA
354	SME	SUMAIA NASSIB AZZAR SLAVISKI
355	SME	JANDIRA DE OLIVEIRA COSTA
356	SME	EDJANE VIEIRA DA SILVA
358	SME	CLAUDIA LEO GARCIA RAINJAK
359	SME	SILVANA DA SILVA CAETANO MACEDO
360	SME	THAIS DELLA MONICA VOLTIAN
363	SME	MARCELO COSTA GONSAVES
365	SME	EUNICE EVANGELISTA DA COSTA BATISTA
373	SME	ELTON BARBOSA
374	SME	WENDEL LUIZ MAIA
375	SME	MONICA DE OLIVEIRA RIBEIRO GRACIOLI
376	SME	REGIANE MARIA DO CARMO
376	SME	LEDA WOHLERS MANZI
383	SME	CLAUDIA GONÇALVES DA SILVA
384	SME	JEFFERSON VALSECCI
385	SME	LUCIANO VIEIRA
386	SME	FLAVIO LUIZ COSTA
387	SME	KETTI ADRIANE DIAS DA SILVA
389	SME	LUCIANA CASTELANI CASIMIRO OLIVEIRA
390	SME	FATIMA APARECIDA ANTONIO
390	SME	VITOR CIPRIANO DE FAZIO
395	SME	ERIKA DAMASCENO DE OLIVEIRA BENICA
396	SME	CLEIDE MOREIRA MOTA
396	SME	SHEILA DE PAULA SOARES
398	SME	SOLANGE VIEIRA DE MELLO
403	SME	ELIANA MIDORI MORITA
404	SME	ADRIANA OLIVEIRA RODRIGUES PAZ
405	SME	TELMA MARIA GOMES DE OLIVEIRA ROCHA
1964	SME	CRISTIANE PEREIRA SILVA REINOLDES
045	SMG	JULIA BARBOSA BRANDÃO
012	SMPIR	NAJARA LIMA COSTA FRIOLI
013	SMPIR	JULIO CESAR PEREIRA DE FREITAS
016	SMPIR	MONICA SANTOS MARIANO
012	SMRIF	FERNANDA NASCIMENTO DE LIMA
030	SMS	ROSENITA MILAGROS FORNOS
033	SMS	NORMA ETSUKO OKAMOTO NOGUCHI
050	SMS	CELSO DE OLIVEIRA VELOSO
051	SMS	JOSE PEDROSA DE LIMA
060	SMS	ANA PAULA DE OLIVEIRA FABRICIO
061	SMS	ILZA APARECIDA ALVES
062	SMS	ALMIR MAIO CARIAS
067	SMS	CELESTE REGINA DA MATA
068	SMS	SOLANGE BARIANI BERNARDINO
069	SMS	RAQUEL MARTINS DE SOUZA PEREIRA AGUIAR
070	SMS	ERNENY ARAUJO DE SOUZA
071	SMS	MARCIA DA SILVA OLIVEIRA
072	SMS	CELIA RIBEIRO FONTOURA DE LIMA
073	SMS	TELMA GONÇALVES PEREIRA COUTINHO SOUSA
075	SMS	SUSENI REGINA TOMAZ
076	SMS	PEDRO PAULO NETO
078	SMS	MARIA HELENA MARTINS
079	SMS	MARCIA MARIA DA ANUNCIACÃO
080	SMS	CECILIA CLEONICE RIBEIRO MARTINS
081	SMS	SILVIA CAVALCANTI PEREIRA LIMA
082	SMS	MARIA INES BERTÃO

083	SMS	NUBIA DIAS DE OLIVEIRA
084	SMS	ADRIANA LUCIO DOS ALVES SILVA
085	SMS	RONNIE VAL BATISTA FREIRE
086	SMS	SILVIA HELENA TELLES RIBEIRO
087	SMS	MARTA POZZANI CALIXTO DE JESUS
088	SMS	HELOISA GONÇALVES BARROS
195	SMSP	LINDOLPHO JOSE GRACI FERNANDES
221	SMSP	DANIEL DA SILVA DIAS
224	SMSP	VITOR PERES
225	SMSP	MARIA APARECIDA BARAUNA
226	SMSP	GENIVALDO GONÇALVES DE JESUS
227	SMSP	EULALIA DE MORAIS ROSA
228	SMSP	JOSE BOSCO NERY BARBOSA
229	SMSP	RAIMUNDO NONATO DA SILVA
230	SMSP	SANDRA APARECIDA DE SOUZA PEREIRA
231	SMSP	MEIRE LOPES TRAJAI
236	SMSP	MARIA ELIZA DE GODOI
237	SMSP	JOAO ANACLETO DE OLIVEIRA
238	SMSP	ROSANGELA APARECIDA FERREIRA
239	SMSP	IRANDES DE SANTANA NATAL
240	SMSP	NADIR FERREIRA LIMA SOARES
241	SMSP	CELSO XAVIER DE SOUZA
246	SMSP	JOAO GILBERTO AGUIAR MARTINS
252	SMSP	NELSON JOAQUIM DA SILVA
253	SMSP	JULIO CESAR DOS ANJOS
254	SMSP	KARIN BIRGIT HEIMESHOFF
257	SMSP	THIAGO RIBEIRO DA SILVA
259	SMSP	RAIMUNDA SOARES DA SILVA
264	SMSP	GILBERTO ANIBAL PACHECO
265	SMSP	CARLOS EDUARDO DOS SANTOS FERNANDES
266	SMSP	JOSE ADESCIO DE JESUS
267	SMSP	MARLANE REIS XAVIER
268	SMSP	LEONARDO MOURA DOS SANTOS MELO
273	SMSP	CINTHIA RODRIGUES DO CARMO
274	SMSP	ANDERSON GUIMARAES MATOS
276	SMSP	ITAMAR LEOPARDI PINHEIRO
038	SMT	ROBERTO BREDERODE SHILLER
23	SNJ	MARILUA GABRIEL MOREIRA PIRES
030	SVMA	JOSE EDILSON MARQUES DIAS
049	SVMA	MARCUS VINICIUS DE FREITAS PALMA
053	SVMA	ROSANIA FERREIRA DE TOLEDO
056	SVMA	SAMIA CAMPOS DA SILVA
056	SVMA	MAURICIO DIAS DOS SANTOS
057	SVMA	FABIO LUIZ GOMES FERREIRA
058	SVMA	RAQUEL LIMA
059	SVMA	CARLOS EDUARDO BORGES DE MOURA
060	SVMA	LEANDRO BEZERRA DA SILVA
061	SVMA	ARISTIDES DE MEDEIROS JUNIOR
062	SVMA	LAURENI GINA DE OLIVEIRA
011/16	GVP	JULLI LONGO BRIOTTO
038	PREF GAB	FERNANDO AUGUSTO CORREIA CESAR COELHO
038	PREF GAB	TERESINHA CRISTINA REIS PINTO
038	PREF GAB	TALITA HERNANDES BORGES

2. Foram igualmente analisados e aprovados pelo Conselho as propostas de nomeações/designações na conformidade abaixo:

EXPEDIENTE	SECRETARIA/ÓRGÃO	NOME
029	SNJ	EDUARDO FRANÇA ORTIZ.
029	SNJ	GUILHERME BUENO DE CAMARGO

3. Foram, também, apreciadas e obtiveram manifestação favorável ao prosseguimento as seguintes nomeações/contratações para órgãos da administração indireta:

OFÍCIO	SECRETARIA/ÓRGÃO	NOME
017	AHM	ROSEMEIRE FERNANDES
018	AHM	IZIS ZUMYARA MIRYANA D'AMICO
117	CET	RENIE ALMEIDA DOS SANTOS
548	COHAB	MONICA SANTOS DE ALCANTARA
549	COHAB	JULIANA MARQUES PEREIRA
550	COHAB	ADRIANA NEVES DA SILVA MORALES
047	FTMSP	ANA PAULA SGOBI MONTEIRO
047	FTMSP	MARIA ISABEL CARAM ABDOUCH
054	FTMSP	DANIELA CAVALIN AVELAR
056	FTMSP	ALINE ROBERTA DE SOUZA
058	FTMSP	MARCIA DE PADUA FLEURY
059	FTMSP	REBECA KEYLA CASSAB
012	SPóbras	ANGELA MARIA DE MOURA FERREIRA

4. Foram, ainda, analisados e aprovados pelo Conselho os casos que continuam vínculos familiares abaixo discriminados:

OFÍCIO	SECRETARIA/ÓRGÃO	NOME
251	SMSP	ROSELI DE ATAÍDE FRANCISCHETTI
262	SMSP	TANIA REGINA CAVALheiro KURATA

5. Alguns ofícios/documentações serão devolvidos às pastas para correção instrução e/ou com parecer desfavorável e a SNJ para análise e manifestação:

OFÍCIO/MEMORANDO	SECRETARIA/ÓRGÃO	NOME
034	SMC	ANA MARIA DE ANDRADE
056	SVMA	FABIANA CONTI
063	SVMA	SUELI BEZERRA DA SILVA
047	SMG	CARLOS ALBERTO REUTER
055	FTMSP	ALINE MEDEIROS DE SOUZA.

6. Foi apresentada a Ata da 147ª Reunião Extraordinária do COMAP, e aprovada por unanimidade.

Encerramento e Aprovação da Ata: nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos e lavrou a presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi por todos os membros assinada. (147ª ATA COMAP).

MEMBROS	ÓRGÃO	ASSINATURA
LUIS EDUARDO PATRONE REGULES	SGM	
TATIANA REGINA RENNÓ SUTTO	SGM /AT	
PATRICIA GUILHARDUCCI	SGM/AT	
VILMA RODRIGUES CEZAR CARDOSO	SF	
VINICIUS GOMES DOS SANTOS	SNJ	
WILLIAN FERNANDES	SMRG	

FRANCISCO MACENA DA SILVA, Secretário do Governo Municipal - SGM

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

GABINETE DO SECRETÁRIO

COMUNICADO DO CMDCA

A Comissão Central do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares acolhe e defende o recurso interposto pelos candidatos ao Conselho Tutelar Santana/Tucuruvi contra o pedido de impugnação apresentado pelo representante do Ministério Público.

Comunicamos aos candidatos que a urna antes impugnada terá seus votos apurados dia 24 de Fevereiro de 2016, às 10h da manhã no local da apuração.

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

GABINETE DO SECRETÁRIO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC COMUNIQUE-SE: EDITAL 2016-1-031

SUPERVISAO GERAL DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
 ENDEREÇO: VIADUTO DO CHÁ, 15
 2015-0.233.201-5 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

APENACAO:AP.32.010.0003/2016 32. 10- GABINETE DA CONTROLADORIA GERALAPENADO:06.170.612/0001-09 CRISTIANE ANTONELLI - ME EMPENHO:20.088/ 2016 CONTRATO:CGM NÂ 062015 TIPO:MULTA MULTA:R\$162,00

INEXECUCAO PARIAL DO CONTRATO EM 5/11/2015. MULTA DEVE SER CUMULADA COM GLOSA DE R\$94,28(CF. ITEM II DO DESPACHO DE FL. 162). PRAZO RECURSO: 5 DIAS UTEIS NA AV. SAO JOAO, 473 - 17AND (CGM/SLIC)

2016-0.004.907-5 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SAO PAULO

APENACAO:AP.32.010.0004/2016 32. 10- GABINETE DA CONTROLADORIA GERALAPENADO:08.711.644/0001-08 COOPER PLANALTO - COOPERATIVA DE TRABALHO O EM TRANSPORTES RODOVIARIOS EMPENHO:9.414/2016 CONTRATO:CGM NÂ 07205 TIPO:MULTA MULTA:R\$35,36 ATRASO NO ENVIO DE VEICULO AGENDADO PARA 06/11/2015(MULTA FUNDAMENTADA NO SUBITEM 11.1.5.1 DO TERMO DE CONTRATO). PRAZO PARA RECURSO: 5 DIAS UTEIS. LOCAL: AV. SAO JOAO, 473 - 17AND (CGM/SLIC)

PESSOA COM DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA

GABINETE DA SECRETÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE

COMUNIQUE-SE

A Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA, comunica que na reunião da CPA nº03/2016 realizada em 03/02/2016 foi deliberado a concessão dos Selos de Acessibilidade para as edificações conforme dados abaixo:

SELO Nº02/2016
 Processo: 2008-0.301.071-7
 Interessado: Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.
 Endereço: Rua Artur Prado, 659 - São Paulo
SELO Nº03/2016
 Processo: 2012-0.324.675-3
 Interessado: Abril Comunicações S.A
 Endereço: Av. das Nações Unidas, 7221 - São Paulo
SELO Nº04/2016
 Processo: 2007-0.382.531-0
 Interessado: Congregação Cristã no Brasil
 Endereço: Rua Ribeiro Vermelho,638-Pirituba

O interessado ou representante das referidas edificações, **DEVIDAMENTE MUNIDO DE AUTORIZAÇÃO** deverá comparecer à Secretaria Municipal da Pessoa Com Deficiência e Mobilidade Reduzida, situada na **Rua Libero Badaró nº 425 – 3º andar, às terças ou quintas-feiras no horário das 10:00 às 15:00hs**, para retirar guia de arrecadação DAMSP e recolhimento no valor de R\$110,00 (cento e dez reais), referente à emissão do (SELO DE ACESSIBILIDADE), conforme previsto no DECRETO MUNICIPAL Nº45.552, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2004, no

CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2016 PARA PROVIMENTO DE CARGOS VAGOS DE ANALISTA DE SAÚDE – OBSTETRIZ

EDITAL Nº 02/2016 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS, nos termos da Lei nº 8.989, de 29.10.1979, da Lei nº 13.398, de 31.07.2002, da Lei nº 13.758, de 16.01.2004, da Lei nº 16.122, de 15.01.2015, do Decreto nº 30.074, de 28.08.1991, e do Decreto nº 30.556, de 13.11.1991, FAZ SABER que realizará Concurso Público de Ingresso para provimento, em caráter efetivo, de cargos vagos de Analista de Saúde – Obstetrix, conforme autorização do Sr. Prefeito do Município de São Paulo no processo 2015-0.332.304-4, que será regido pelas presentes Instruções Especiais e Anexos, partes integrantes deste Edital.

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será regido por este Edital, por seus anexos, avisos, atos complementares e eventuais retificações, sendo sua execução de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação – IBFC.

1.2. O Concurso destina-se ao provimento, pelo Regime Estatutário, de 20 (vinte) cargos vagos de **Analista de Saúde – Obstetrix**, mais os que vierem a vagar ou que forem criados para o Quadro dos Profissionais da Saúde em conformidade com a Lei nº 16.122 de 15/01/2015, dentro do prazo de validade de 01 (hum) ano prorrogável por mais 01 (hum) ano a contar da data de homologação do certame a critério da Secretaria Municipal da Saúde – SMS.

1.2.1. Os cargos serão destinados preferencialmente para as unidades de saúde da Secretaria Municipal da Saúde - SMS, de acordo com interesse da Administração.

1.2.2. Do total de cargos destinados ao Concurso serão reservados 5% (cinco por cento) às pessoas com deficiência, nos termos da Lei 13.398/2002 e 20% (vinte por cento) aos negros, negras ou afrodescendentes, nos termos da Lei Municipal no 15.939/2013 e Decreto Municipal nº 54.949/2014, com as alterações do Decreto Municipal nº 55.320/2014.

1.2.3. Dos cargos reservados às pessoas com deficiência e aos negros, negras ou afrodescendentes, para efeito do disposto no item 1.2.2., quando a aplicação do percentual resultar em fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), será reservado um cargo.

1.2.4. Não havendo candidatos com deficiência inscritos nos termos da Lei 13.398/2002, ou classificados no Concurso ou no exame médico específico, os cargos reservados serão providos pelos demais candidatos aprovados, com estrita observância da ordem classificatória da lista de classificação definitiva.

1.2.5. Não havendo candidatos negros, negras ou afrodescendentes inscritos ou aprovados em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

1.3. Os ocupantes do cargo de Analista de Saúde – Obstetrix, ficarão sujeitos à prestação de 30 horas semanais de trabalho, conforme o quadro abaixo, podendo a referida carga horária ser cumprida nos dias de semana, diurno/noturno, feriados e/ou finais de semana, de acordo com a conveniência da Administração.

1.4. Tabela de Cargos:

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS				CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO BRUTO
	AC*	PCD**	NNA***	Total de Vagas		
Analista de Saúde Obstetrix	15	1	4	20	30 horas	R\$ 4.390,75

LEGENDA:

AC = Vagas de Ampla Concorrência

PCD = Vagas reservadas às Pessoas com Deficiência

NNA = Vagas reservadas aos Negros, Negras e Afrodescendentes

1.5. A remuneração mensal para os ingressantes ao cargo será pelo regime de subsídio de acordo com a Lei 16.122/15 (art. 12), no padrão ANS-1.

1.5.1. A remuneração mensal, do padrão ANS1, para os ingressantes ao cargo é de R\$ 4.390,75 (quatro mil, trezentos e noventa reais e setenta e cinco centavos), com atualização para R\$ 5.070,00 (cinco mil e setenta reais), prevista para maio de 2016, de acordo com o estabelecido no artigo 12 item III da Lei nº 16.122/15.

1.5.2. O candidato que optar por trabalhar nas unidades periféricas receberá gratificação de difícil acesso, conforme artigo 47, Anexo IV, da Lei nº 11.410, de 13.09.1993.

1.5.3. O candidato nomeado, quando for o caso, também poderá ter direito ao adicional de insalubridade, de acordo com a Lei nº 10.827, de 04.01.1990.

1.6. A síntese das atribuições dos cargos são as constantes no **Anexo I** deste Edital.

1.7. Os candidatos, ao ingressarem no cargo do referido Concurso, ficarão em período probatório durante 3 (três) anos, podendo ser exonerados a qualquer momento durante este período, nos seguintes casos:

- a) inassiduidade;
- b) ineficiência;
- c) indisciplina;
- d) insubordinação;
- e) falta de dedicação ao serviço;
- f) má conduta.

2 – DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS

2.1. O candidato aprovado no Concurso, de que trata este Edital, será investido no cargo se atender às seguintes exigências, na data da posse:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado, cidadão português e estrangeiro conforme disposto na Lei 13.404 de 08.08.2002 e no Decreto nº 42.813 de 28.01.2003;
- b) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- c) encontrar-se em pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
- d) possuir:
 - Certificado de Conclusão de Curso de Obstetrix acompanhado do respectivo Histórico Escolar (com data de Colação de Grau) ou Diploma do Curso Superior de Obstetrix expedido por escola oficial ou oficializada, devidamente registrado e inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREN-SP ou,
 - Certificado de Conclusão de Curso de Enfermagem com habilitação em Enfermagem Obstétrica acompanhado do respectivo Histórico Escolar (com data de colação de Grau) ou Diploma do Curso Superior de Enfermagem com Habilitação em Enfermagem Obstétrica expedido por escola oficial ou oficializada, devidamente registrado e inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREN-SP ou,
 - Certificado de Conclusão de Curso de Enfermeiro com respectivo Histórico Escolar (com data de Colação de Grau) acompanhado de Certificado de Conclusão de Curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica e na Saúde da Mulher ou Diploma do Curso Superior de Enfermeiro acompanhado do Certificado de Conclusão de Curso de Especialização em Enfermagem – Obstétrica e na Saúde da Mulher expedido por escola oficial ou oficializada, devidamente registrado e inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREN-SP.
- e) atender os requisitos do Decreto nº 53.177, de 04.06.2012;

f) conhecer e estar de acordo com as disposições contidas neste Edital e seus Anexos, bem como as condições previstas em lei.

2.2. O candidato que na data da posse, não reunir os requisitos enumerados no item 2.1. e seus subitens perderá o direito à investidura no cargo.

2.3. O candidato que prestar declaração falsa, inexata, ou ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado na prova e que o fato seja constatado posteriormente.

2.4. No ato da inscrição não serão solicitados comprovantes das exigências contidas neste Edital, no entanto, o candidato que não as satisfizer no ato da posse, mesmo que tenha sido aprovado, será automaticamente eliminado do Concurso.

3 – DAS INSCRIÇÕES

3.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação tácita das normas e condições do Concurso, tais como se acham estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do certame, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

3.1.1. Objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para o Concurso.

3.1.2. São de exclusiva responsabilidade do candidato, sob as penas da lei, as informações fornecidas no ato da inscrição efetuada via Internet.

3.1.3. As inscrições efetuadas em desacordo com as disposições deste Edital serão indeferidas.

3.2. As inscrições para este Concurso Público serão realizadas exclusivamente pela Internet, no endereço eletrônico do IBFC (www.ibfc.org.br), **no período das 10h do dia 19 de fevereiro de 2016 às 23h59min do dia 10 de março de 2016**, observado o horário de Brasília.

3.2.1. O candidato deverá preencher o Formulário de Inscrição disponível no site do IBFC (www.ibfc.org.br), sendo de fundamental importância que o candidato preencha de forma correta e completa, o número de seu Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF).

3.2.2. No caso de Servidor e Ex-Servidor da PMSP, o candidato deverá preencher também o número do Registro Funcional (RF), com 7 dígitos, para fins de nomeação.

3.2.2.1. O candidato servidor da Administração Direta da Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP poderá confirmar o número de seu Registro Funcional constante no último holerite ou junto à Unidade de Recursos Humanos à qual pertence.

3.2.2.2. Antes de efetuar a inscrição, o candidato ex-servidor da Administração Direta da Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP poderá obter ou confirmar o número de seu Registro Funcional junto à Seção de Nomeação da Divisão Técnica de Concurso e Ingresso – CRH1, da Secretaria Municipal da Saúde - SMS, das 10h às 16h, situada na General Jardim, 36, Vila Buarque – 1º andar.

3.3. Em conformidade com o Decreto nº 51.180, de 14 de janeiro de 2010, o candidato travesti ou transexual poderá solicitar a inclusão e uso do “**nome social**” para tratamento, mediante o preenchimento de requerimento disponível no site do IBFC (www.ibfc.org.br) no ato da inscrição.

3.3.1. Em obediência ao § 3º do Decreto nº 51.180/2010, quando da publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo – DOC, será considerado o nome civil das pessoas travestis e transexuais.

3.4. O candidato que exerceu efetivamente a função de jurado no período entre a data de publicação da Lei nº. 11.689/08 até a data de publicação deste Edital, poderá solicitar no ato da inscrição esta opção para critério de desempate, devendo encaminhar obrigatoriamente:

a) Cópia do comprovante de inscrição ou isenção;

b) Certidão comprobatória que exerceu efetivamente a função de jurado.

3.4.1. Os documentos previstos no item 3.4, subitens “a” e “b”, deverão ser encaminhados em envelope contendo a referência “Concurso/SMS - Jurados” via SEDEX ou entregar pessoalmente ao IBFC (de

segunda a sexta, das 09 às 17 horas), Rua Waldomiro Gabriel de Mello, 86 - Chácara Agrindus - Taboão da Serra – SP – CEP: 06763-020, **com data de postagem ou entrega até o dia 11 de março de 2016.**

3.4.2. Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados nos itens 3.4. e 3.4.1 não serão considerados como jurados para critério de desempate.

3.5. O candidato deverá pagar a importância de **R\$ 130,00 (cento e trinta reais)**, a título de ressarcimento de custos com material e serviços prestados pelo **IBFC**.

3.6. Após a confirmação da inscrição, que ocorrerá ao término da operação, o candidato deverá imprimir o boleto bancário para efetuar o pagamento da taxa de inscrição, até o dia do vencimento impresso no boleto, em qualquer agência bancária.

3.7. O candidato que não efetuar o pagamento de sua inscrição, até a data de vencimento constante do seu boleto, poderá utilizar a opção de imprimir a 2ª via do boleto até o dia subsequente ao término da inscrição. O candidato que não efetuar o pagamento da inscrição até o dia imediatamente subsequente ao término da inscrição, ficará impossibilitado de participar do concurso.

3.7.1. Encerrado o prazo de inscrição e esgotados todos os prazos permitidos para pagamento, impressos nos boletos, mesmo tendo o candidato realizado o pagamento da inscrição, este ficará impossibilitado de participar do concurso.

3.8. Não serão aceitas inscrições pagas por depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile, transferência ou depósito em conta corrente, DOC, ordem de pagamento, agendamento, fora do período estabelecido, condicionais e/ou extemporâneas ou por quaisquer outras vias que não as especificadas neste Edital.

3.9. As inscrições somente serão acatadas após a comprovação do pagamento do valor da taxa de inscrição na rede bancária.

3.10. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago no 1º (primeiro) dia útil subsequente.

3.11. Não será aceito o pedido de devolução do pagamento do valor da inscrição ainda que superior ou em duplicidade.

3.12. A partir de **16 de março de 2016**, o candidato deverá conferir no endereço eletrônico do IBFC (www.ibfc.org.br) se os dados da inscrição foram recebidos e o valor da inscrição foi pago. Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato com o **Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC do IBFC (11) 4788.1430, das 9h às 17 horas** (horário de Brasília), exceto sábados, domingos e feriados, para verificar o ocorrido.

3.13. O candidato inscrito via Internet não deverá enviar cópia do documento de identidade, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados cadastrais no ato de inscrição, sob as penas da lei.

3.14. O IBFC e a Secretaria Municipal da Saúde - SMS não se responsabilizam por solicitações de inscrições via Internet não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

3.15. O descumprimento das instruções para inscrição, contidas neste Edital, implicará a não efetivação da inscrição.

3.16. O candidato que não tiver acesso à Internet poderá efetivar sua inscrição por meio dos serviços públicos com acesso à Internet.

3.17. Ao candidato será atribuída total responsabilidade pelo correto preenchimento do Formulário de Inscrição.

3.17.1. O candidato inscrito por terceiro assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu representante, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento do requerimento de inscrição disponível pela via eletrônica.

3.18. As informações prestadas no Formulário de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se à Secretaria Municipal da Saúde-SMS e ao IBFC o direito de excluir do Concurso Público aquele que não preencher esse documento oficial de forma completa, correta e/ou fornecer dados inverídicos ou falsos.

3.18.1. Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

3.19. O deferimento da inscrição dependerá do correto e completo preenchimento do Formulário de Inscrição.

3.20. A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, prova ou nomeação do candidato desde que sejam identificadas falsidades de declarações ou irregularidades nas provas ou documentos.

3.21. O candidato não portador de deficiência que necessitar de atendimento especial para realização das provas deverá atender as especificações contidas no item 7.2.

3.22. A lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas, poderá fazê-lo em sala reservada para tanto, desde que o requeira, observando os procedimentos estabelecidos no item 7.1.

3.23. As informações prestadas no formulário de inscrição *on-line* são de inteira responsabilidade do candidato, ainda que feitas com o auxílio de terceiros, cabendo ao IBFC o direito de excluir do Concurso Público aquele que preencher o formulário com dados incorretos, bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente.

3.24. O candidato com deficiência deverá observar, ainda, o disposto no **Capítulo 5** deste Edital (Lei Nº 13.398/2002).

4 – DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO

4.1. Os candidatos amparados pelo Decreto Municipal nº 51.446, de 28 de abril de 2010, que comprovem possuir renda familiar “per capita” igual ou inferior ao menor piso salarial vigente no Estado de São Paulo, instituído pela Lei Estadual nº 12.640, de 11 de julho de 2007, revalorizada pela Lei Estadual nº 14.945, de 14 de janeiro de 2013, poderão requerer isenção do pagamento do valor de inscrição, exclusivamente, **no período das 10h do dia 19 de fevereiro de 2016 às 23h59min do dia 24 de fevereiro de 2016**, observado o horário de Brasília.

4.1.1. O requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição estará disponível para preenchimento no endereço eletrônico do IBFC (www.ibfc.org.br) no período constante do item 4.1 deste Edital.

4.2. Considera-se renda familiar a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família e renda familiar “per capita” a divisão da renda familiar pelo total de indivíduos da família.

4.3. Terá o direito à isenção do pagamento do valor da inscrição o cidadão que cumulativamente:

4.3.1. Preencher o requerimento de isenção do pagamento do valor da inscrição; e

4.3.2. Comprovar ausência de condições financeiras para arcar com o valor da inscrição, que consistirá em declaração firmada pelo candidato, sob as penas da lei, de que se enquadra nas exigências previstas no item 4.1 deste Capítulo.

4.4. Para requerer a isenção do pagamento do valor de inscrição, o candidato deverá encaminhar obrigatoriamente:

a) Cópia do comprovante de solicitação de isenção realizado através do endereço eletrônico do IBFC (www.ibfc.org.br) e;

b) Declaração de Comprovação de Renda Familiar (**Anexo II**) contendo todos os dados.

4.5. Os documentos previstos no item 4.4 alíneas “a” e “b” deverão ser encaminhados em envelope contendo a referência “Concurso/SMS - Solicitação de Isenção”, via SEDEX ou entregar pessoalmente ao IBFC (de segunda a sexta, das 09 às 17 horas), localizado na Rua Waldomiro Gabriel de Mello, 86 - Chácara Agrindus - Taboão da Serra – SP – CEP: 06763-020, **com data de postagem ou entrega até o dia 25 de fevereiro de 2016.**

4.5.1. Encerrado o prazo de postagem e entrega dos documentos, não será permitida a complementação da documentação.

4.5.2. A comprovação da tempestividade do requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição será feita pelo registro da data de postagem e protocolo de entrega.

4.6. Não será concedida isenção de pagamento do valor de inscrição ao candidato que:

- a) deixar de efetuar o requerimento pela Internet;
- b) encaminhar documentos sem efetuar o requerimento pela Internet;
- c) solicitar a isenção, sem apresentar cópia dos documentos previstos;
- d) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
- e) fraudar e/ou falsificar documento;
- f) não observar o período de postagem ou entrega dos documentos.

4.7. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto Federal n.º 83.936, de 6 de setembro de 1979.

4.7.1. A qualquer tempo poderão ser realizadas diligências relativas à situação declarada pelo candidato, deferindo ou não seu pedido.

4.8. A partir do dia **02 de março de 2016**, o candidato deverá verificar no Diário Oficial da Cidade de São Paulo – DOC (www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/) e no endereço eletrônico do IBFC (www.ibfc.org.br) os resultados da análise dos requerimentos de isenção do pagamento da inscrição.

4.8.1. O candidato que tiver sua solicitação de isenção deferida terá sua inscrição efetivada automaticamente no concurso.

4.8.2. O candidato que tiver seu requerimento de isenção de pagamento do valor da inscrição indeferido poderá apresentar recurso de acordo com o item 14.1 alínea “a”, após a publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo – DOC (www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/) da relação das isenções indeferidas.

4.8.3. Após a análise dos recursos será divulgado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo – DOC (www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/) e no site do IBFC (www.ibfc.org.br) a relação dos requerimentos deferidos e indeferidos.

4.8.4. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção do pagamento do valor de inscrição indeferidos e que mantiverem interesse em participar do certame deverão efetuar sua inscrição, observando os procedimentos previstos no **Capítulo 3** deste Edital.

4.9. Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos fixados, será ela cancelada.

4.10. Não será aceita solicitação de isenção do pagamento de valor de inscrição via fac-símile (fax), via correio eletrônico ou qualquer outra forma que não seja prevista neste Edital.

4.11. As informações prestadas no formulário de inscrição de isenção *on-line* são de inteira responsabilidade do candidato, ainda que feitas com o auxílio de terceiros, cabendo ao IBFC o direito de excluir do Concurso Público aquele que preencher o formulário com dados incorretos, bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente.

5 – DA INSCRIÇÃO PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA – Lei Municipal n.º 13.398/2002

5.1. O candidato que se declarar portador de deficiência deverá tomar conhecimento da síntese das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever, constante do **Anexo I** deste Edital, da Lei Municipal n.º 13.398/2002. Julgando-se amparado pelas disposições legais, poderá concorrer, sob sua inteira responsabilidade, aos cargos vagos reservados aos candidatos portadores de deficiência, nos termos da tabela do item **1.4** deste Edital, desde que atenda aos requisitos relacionados no item **2.1**, podendo efetivar a sua inscrição conforme as instruções do **Capítulo 3** deste Edital.

5.1.1. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias relacionadas na Lei Municipal n.º 13.398/2002 e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

5.1.2. O candidato deverá preencher CORRETA e COMPLETAMENTE o Formulário de Inscrição e declarar o(s) tipo(s) de deficiência(s) de que é portador.

5.2. Uma vez deferidas as inscrições, fica proibida qualquer inclusão ou exclusão de candidato, na relação de candidatos inscritos como portadores de deficiência.

5.3. O candidato inscrito como portador de deficiência participará do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, critérios de aprovação, horário, local de aplicação das provas e à nota mínima exigida.

5.3.1. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

5.4. O candidato portador de deficiência para assegurar a concorrência às vagas reservadas, bem como o atendimento diferenciado durante a prova, deverá encaminhar, **até o dia 11 de março de 2016**, em envelope contendo a referência “Concurso/SMS – Portadores de Deficiência”, via SEDEX ou entregar pessoalmente ao IBFC (de segunda a sexta, das 09 às 17 horas), localizado à Rua Waldomiro Gabriel de Mello, 86 - Chácara Agrindus - Taboão da Serra – SP – CEP: 06763-020, os seguintes documentos:

a) Laudo Médico (original ou cópia autenticada) expedido no prazo máximo de 1 (um) ano antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência. O Laudo Médico deverá conter o nome e o documento de identidade (RG) do candidato, a assinatura, carimbo e CRM do profissional e deverá especificar que o candidato é Portador de Deficiência.

b) Cópia do comprovante de inscrição para identificação do candidato;

c) Requerimento de condições especiais (**Anexo III**) devidamente preenchido e assinado, para assegurar previsão de adaptação da sua prova, quando for os casos abaixo:

c1) O candidato portador de deficiência visual, além do envio da documentação indicada na alínea “a” deste item, deverá solicitar, por escrito, até o término das inscrições, a confecção de prova especial em Braille ou Ampliada, Software de Leitura de Tela ou a necessidade de leitura de sua prova, especificando o tipo de deficiência.

c2) O candidato com deficiência auditiva, que necessitar do atendimento do Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá encaminhar solicitação por escrito, até o término das inscrições.

c3) O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas, além do envio da documentação indicada na alínea “a” deste item, deverá encaminhar solicitação, por escrito, até o término das inscrições, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência.

5.4.1. A Secretaria Municipal da Saúde-SMS e o Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação - IBFC não se responsabilizam pelo extravio dos documentos enviados via Sedex.

5.4.2. Aos deficientes visuais (cegos) que solicitarem prova especial em Braille, serão oferecidas provas nesse sistema.

5.4.2.1. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo, ainda, utilizar-se de soroban.

5.4.3. Aos deficientes visuais (baixa visão) que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas provas nesse sistema.

5.4.3.1. Aos deficientes visuais (amblíopes) que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas provas neste sistema, com tamanho de letra correspondente a corpo 24, desde que solicitadas.

5.4.4. Os candidatos com deficiência visual (cegos ou baixa visão), poderão solicitar atendimento especial através de um dos recursos abaixo:

a) Jaws (leitor de Tela), ou;

b) Prova em Braille, ou;

c) Auxílio na transcrição ou fiscal ledor.

5.5. Os candidatos que, dentro do prazo do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados no item 5.4 e seus subitens serão considerados como não portadores de deficiência e não terão a prova e/ou condições especiais atendidas, seja qual for o motivo alegado.

5.5.1. No ato da inscrição o candidato portador de deficiência deverá declarar estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever.

5.6. O candidato ao se inscrever como portador de deficiência deverá declarar, quando da inscrição, se deseja concorrer aos cargos vagos reservados aos portadores de deficiência.

5.6.1. O não preenchimento das vagas reservadas aos candidatos inscritos como portadores de deficiência fará com que elas sejam abertas aos candidatos da ampla concorrência.

5.6.2. O candidato inscrito às vagas reservadas para portadores de deficiência que, na listagem geral (com a pontuação de todos os candidatos), obtiver classificação dentro do número de vagas oferecidas para ampla concorrência, será convocado para assumir essa vaga, independentemente de estar inscrito no concurso como portador de deficiência.

5.6.3. Caso se verifique a situação descrita no item 5.6.2, assim como na ocorrência de desistência de vaga por candidato portador de deficiência aprovado, a vaga reservada, à qual este candidato faria jus, deverá ser ocupada por outro candidato da lista de portadores de deficiência, respeitada, rigorosamente, a ordem da lista específica de classificação.

5.6.4. Não havendo candidatos aprovados para preencher vagas incluídas na reserva para portadores de deficiência, estas serão revertidas para o cômputo geral de vagas oferecidas neste concurso, voltadas à ampla concorrência, podendo ser preenchidas pelos demais candidatos aprovados, obedecida a ordem de classificação.

5.7. O candidato portador de deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes deste Capítulo não poderá alegar a referida condição em seu benefício e não poderá impetrar recurso em favor de sua condição.

5.8. O candidato aprovado nos termos do Capítulo 12 e que atenda o Capítulo 15 deste Edital, inscrito nos termos da Lei 13.398/2002, além das exigências pertinentes aos demais candidatos, sujeitar-se-á, por ocasião do ingresso, a exame médico específico e à avaliação para verificação da compatibilidade da deficiência de que é portador com as atribuições do cargo almejado.

5.8.1. O(s) local(is), data(s) e horário(s) para a realização do exame médico específico serão divulgados oportunamente no Diário Oficial da Cidade de São Paulo – DOC, pelo Departamento de Saúde do Servidor – DESS.

5.9. Será eliminado da lista específica o candidato habilitado cuja deficiência assinalada no Formulário de Inscrição não se fizer constatada, devendo o mesmo permanecer apenas na lista de classificação geral.

5.10. A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser nomeado para as vagas reservadas a portadores de deficiência.

5.11. O Laudo Médico apresentado terá validade somente para este Concurso Público e não será devolvido.

5.12. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a readaptação funcional ou a concessão de aposentadoria.

5.13. Os resultados serão publicados por meio de três listas, a primeira contendo a relação de todos os candidatos aprovados (lista geral), a segunda contendo a relação de candidatos aprovados, inscritos pela Lei Municipal nº 13.398/02 (lista específica) e a terceira lista contendo a pontuação dos candidatos aprovados, inscritos pela Lei Municipal 15.939/13 (lista específica).

6 - DA INSCRIÇÃO PARA NEGROS, NEGRAS OU AFRODESCEDENTES - Lei Municipal no 15.939/2013 e Decreto Municipal no 54.949/2014, com as alterações do Decreto Municipal nº 55.320/2014.

6.1. Os candidatos que se declararem negros, negras ou afrodescendentes concorrerão a 4 (quatro) das vagas ofertadas neste Concurso, conforme discriminado na Tabela constante do item **1.4**, Capítulo 1 deste Edital, correspondentes a 20% (vinte por cento) do total das vagas, nos termos da Lei Municipal nº 15.939, de 23 de dezembro de 2013, e Decreto Municipal nº 54.949, de 21 de março de 2014, com as alterações do Decreto Municipal nº 55.320/2014.

6.1.1. Para concorrer às vagas reservadas conforme item 6.1, o candidato deverá:

- a) Indicar no Formulário Eletrônico de Inscrição esta condição;
- b) Preencher a autodeclaração disponível em link próprio no site do IBFC, no momento da inscrição;
- c) Imprimir a Autodeclaração gerada pelo site e assiná-la em campo próprio;
- d) Encaminhar ao IBFC via SEDEX ou entregar pessoalmente ao IBFC (de segunda a sexta, das 09 às 17 horas), a Autodeclaração assinada, **até o dia 11 de março de 2016**, contendo a seguinte referência no envelope: “Concurso Público – Secretaria Municipal da Saúde – SMS” - Inscrição de Negro, Negra ou Afrodescendente - Rua Waldomiro Gabriel de Mello, 86 - Chácara Agrindus – Taboão da Serra – SP – CEP: 06763-020.

6.2. A autodeclaração somente terá validade se efetuada no momento da inscrição.

6.3. O não cumprimento, pelo candidato, do disposto no item 6.1.1. deste Edital impedirá que concorra às vagas reservadas às cotas raciais, passando a concorrer às vagas da ampla concorrência, não sendo aceito em nenhuma hipótese questionamento posterior a respeito da questão.

6.4. Após o prazo de inscrição fica proibida qualquer inclusão ou exclusão, a pedido do candidato, na lista de candidatos negros, negras ou afrodescendentes.

6.4.1. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso público, se houver sido nomeado, ficará sujeito à nulidade de sua nomeação e posse no cargo efetivo, após procedimento administrativo no qual lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

6.5. O candidato inscrito nos termos deste Capítulo participará deste Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, aos horários, aos locais de aplicação das provas e às notas mínimas exigidas.

6.5.1. O não preenchimento das vagas reservadas à cota racial fará com que elas sejam abertas aos candidatos da ampla concorrência.

6.6. O candidato que se declarar negro, negra ou afrodescendente e for deficiente, poderá concorrer, também, às vagas reservadas aos deficientes, nos termos do Capítulo 5 - DA INSCRIÇÃO PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA deste Edital.

6.7. A publicação dos resultados finais e classificação do concurso, será realizada em 3 (três) listas:

6.7.1. A primeira lista é geral, destinada à pontuação e classificação de todos os candidatos, incluindo os que se declararem pessoas portadoras de deficiência, negros, negras ou afrodescendentes no ato de inscrição;

6.7.2. A segunda lista será destinada, exclusivamente, à pontuação dos candidatos que concorram às vagas reservadas a pessoas portadoras de deficiência e sua classificação entre si;

6.7.3. A terceira lista será destinada, exclusivamente, à pontuação dos candidatos que concorram às vagas reservadas a negros, negras ou afrodescendentes e sua classificação entre si.

6.8. O candidato que concorrer – conforme sua opção no momento da inscrição – concomitantemente às vagas reservadas aos portadores de deficiência e às vagas reservadas aos negros, negras ou afrodescendentes, que for classificado neste Concurso, na lista específica dos portadores de deficiência e não tiver comprovada sua deficiência manterá seu direito de permanecer na lista reservada aos negros, negras ou afrodescendentes e na lista de classificação geral.

6.9. O candidato às vagas reservadas para negros, negras ou afrodescendentes que, na listagem geral com a pontuação de todos os candidatos, obtiver classificação dentro do número de vagas oferecidas para ampla concorrência, será convocado para assumir essa vaga, independentemente de estar inscrito no concurso como negro, negra ou afrodescendente.

6.10. Caso se verifique a situação descrita no item 6.9, assim como na ocorrência de desistência de vaga por candidato negro, negra ou afrodescendente aprovado, a vaga reservada, à qual este candidato faria jus deverá ser ocupada por outro candidato a vagas reservadas para negros, negras ou afrodescendentes, respeitada, rigorosamente, a ordem da lista específica de classificação.

6.11. Não havendo candidatos aprovados para preencher vagas incluídas na reserva para negros, negras ou afrodescendentes, estas serão revertidas para o cômputo geral de vagas oferecidas neste concurso, voltadas à ampla concorrência, podendo ser preenchidas pelos demais candidatos aprovados, obedecida a ordem de classificação.

7 – DAS LACTANTES OU CONDIÇÕES ESPECIAIS NO DIA DE APLICAÇÃO DAS PROVAS

7.1 Das lactantes:

7.1.1. A candidata que seja mãe lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada para tanto, desde que o requeira, observando os procedimentos constantes a seguir, para adoção das providências necessárias.

7.1.2. A candidata que seja mãe lactante deverá preencher requerimento especificando esta condição, para a adoção das providências necessárias no próprio formulário de inscrição.

7.1.3. Nos horários previstos para amamentação, a mãe poderá retirar-se, temporariamente, da sala/local em que estarão sendo realizadas as provas, para atendimento ao seu bebê, em sala especial a ser reservada pela Coordenação.

7.1.4. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

7.1.5. Para a amamentação o bebê deverá permanecer no ambiente a ser determinado pela Coordenação.

7.1.6. O bebê deverá estar acompanhado somente de um adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata), e a permanência temporária desse adulto, em local apropriado, será indicada pela Coordenação do Concurso.

7.1.7. A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada de uma “fiscal” do IBFC, sem a presença do responsável pela guarda da criança que garantirá que sua conduta esteja de acordo com os termos e condições deste Edital.

7.1.8. A candidata nesta condição que não levar acompanhante, não realizará as provas.

7.2 Das outras condições:

7.2.1. O candidato que, por qualquer razão, passe a necessitar de condições especiais para a realização das provas, deverá encaminhar, até o dia **11 de março de 2016**, via SEDEX ou entregar pessoalmente ao IBFC (de segunda a sexta, das 09 às 17 horas), situado à Rua Waldomiro Gabriel de Mello, 86, Chácara Agrindus, Taboão da Serra – SP – CEP: 06763-020 o requerimento de condição especial (**ANEXO III**) devidamente preenchido e assinado.

7.2.2. Após o período de inscrição o candidato que ainda necessitar de atendimento especial, deverá entrar em contato com o IBFC, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da realização das Provas, através do telefone (11) 4788.1430.

7.3. Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no Capítulo 7 deste Edital, não terão a prova e/ou condições especiais atendidas.

7.4. A solicitação de atendimento especial será atendida segundo os critérios de viabilidade e razoabilidade.

8 – DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

8.1. O Concurso constará de prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório.

8.2. A **prova objetiva** visa avaliar o grau de conhecimento teórico do candidato, necessário ao desempenho do cargo.

8.2.1. A prova objetiva será constituída conforme estabelecido no **Capítulo 10** deste Edital.

9 – DAS PRESTAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

9.1. A aplicação da Prova Objetiva está prevista para o **dia 03 de abril de 2016**, e será realizada na cidade de São Paulo.

9.2. A duração da Prova Objetiva será de **3 (três) horas**, incluído o tempo para leitura das instruções, preenchimento da folha de respostas e coleta de impressão digital, sendo responsabilidade do candidato observar o horário estabelecido.

9.3. O local, a sala e o horário de realização das provas serão disponibilizados no endereço eletrônico do IBFC www.ibfc.org.br, a partir de **28 de março de 2016**.

9.4. Os eventuais erros de digitação verificados no cartão informativo, ou erros observados no comprovante de inscrição impresso, quanto a nome, número de documento de identidade, sexo, data de nascimento e endereço, deverão ser corrigidos por meio do site do IBFC www.ibfc.org.br, de acordo com as instruções constantes da página do Concurso, até o 3º (terceiro) dia após a aplicação das Provas Objetivas.

9.5. Não será enviado, via correio, cartão de convocação para as Provas Objetivas. A data, o horário e o local da realização das Provas Objetivas serão disponibilizados conforme o item 9.3.

9.6. Havendo alteração da data prevista da prova, as despesas provenientes da alteração serão de responsabilidade do candidato.

9.7. Os candidatos deverão comparecer aos locais de prova 60 (sessenta) minutos antes do fechamento dos portões para realização das provas, munidos do original de documento de identidade oficial com foto, de caneta esferográfica de tinta azul ou preta e cartão de convocação para as provas.

9.7.1. Serão considerados documentos oficiais e originais de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares (ex-Ministérios Militares), pelas Secretarias de Segurança, pelos Corpos de Bombeiros, pelas Polícias Militares e pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte; carteiras funcionais do Ministério Público, Magistratura, da Defensoria Pública e outras carteiras expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valem como identidade; e a Carteira Nacional de Habilitação. A não apresentação de qualquer desses documentos, não dará direito ao candidato de fazer a prova.

9.7.2. O documento de identificação deverá estar em perfeita condição a fim de permitir, com clareza, a identificação do candidato.

9.7.2.1. Não serão aceitos documentos de identidade ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

9.7.3. Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins, Protocolos, Boletim de Ocorrência, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação emitida anteriormente à Lei Federal nº 9.503/97, Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada, cópias dos documentos citados, ainda que autenticadas, ou quaisquer outros documentos não constantes deste Edital.

9.7.4. O comprovante de inscrição e cartão de convocação para as provas não terão validade como documento de identidade.

9.7.5. Não será permitido ao candidato prestar provas fora da data estabelecida, do horário ou da cidade/espço físico determinado pelo IBFC.

9.7.6. O candidato não poderá alegar desconhecimento acerca da data, horário e local de realização das provas, para fins de justificativa de sua ausência.

9.8. É de exclusiva responsabilidade do candidato tomar ciência do trajeto até o local de realização das provas, a fim de evitar eventuais atrasos, sendo aconselhável ao candidato visitar o local de realização das provas com antecedência.

9.8.1. Será eliminado deste concurso público, o candidato que se apresentar após o fechamento dos portões.

9.9. Não haverá segunda chamada seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

9.10. O não comparecimento às provas, por qualquer motivo, caracterizará a desistência do candidato e resultará em sua eliminação deste Concurso Público.

9.11. O candidato que, por qualquer motivo, não tiver seu nome constando na Convocação para as Provas Objetivas, mas que apresente o respectivo comprovante de pagamento, efetuado nos moldes previstos neste Edital, poderá participar do Concurso Público, devendo preencher e assinar, no dia da prova, formulário específico.

9.11.1. A inclusão de que trata o item 9.11 será realizada de forma condicional, sujeita a posterior verificação quanto à regularidade da referida inscrição.

9.11.2. Constatada a irregularidade da inscrição, a inclusão do candidato será automaticamente cancelada, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

9.12. O candidato deverá apor sua assinatura na lista de presença, de acordo com aquela constante do seu documento de identidade, vedada a aposição de rubrica.

9.13. Depois de identificado e acomodado na sala de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou de leitura enquanto aguarda o horário de início da prova.

9.14. Depois de identificado e instalado, o candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.

9.15. Durante o período de realização das provas, não será permitido o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, *paggers*, bip, agenda eletrônica, calculadora, *walkman*, *notebook*, *relógio*, *palmtop*, *ipod*, *tablet*, gravador, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido anotação de informações relativas a suas respostas (copiar gabarito) fora dos meios permitidos, uso de notas, anotações, livros, impressos, manuscritos, códigos, manuais ou qualquer outro material literário ou visual. O descumprimento desta instrução implicará eliminação do candidato.

9.15.1. Telefone celular, rádio comunicador e aparelhos eletrônicos dos candidatos, enquanto na sala de prova, deverão permanecer desligados, tendo sua bateria retirada, sendo acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova.

9.15.2. No caso dos telefones celulares, do tipo *smartphone*, em que não é possível a retirada da bateria, os mesmos deverão ser desligados sendo acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova. Caso tais aparelhos emitam qualquer som, o candidato será eliminado do Concurso.

9.15.3. O candidato que, durante a realização da prova, for encontrado portando qualquer um dos objetos especificados no item 9.15, incluindo os aparelhos eletrônicos citados, mesmo que desligados ou sem a fonte de energia, será automaticamente eliminado do Concurso Público.

9.15.4. É vedado o ingresso de candidato na sala de prova portando arma de fogo ou objetos similares, mesmo que possua o respectivo porte.

9.15.5. Demais pertences pessoais serão deixados em local indicado pelos fiscais durante todo o período de permanência dos candidatos no local da prova, não se responsabilizando a Secretaria Municipal da Saúde e o IBFC por perdas, extravios ou danos que eventualmente ocorrerem.

9.16. O IBFC recomenda que o candidato leve apenas o documento original de identidade, caneta azul ou preta, para a realização das provas.

9.17. Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra.

9.18. Serão fornecidos ao candidato o Caderno de Questões e a Folha de Respostas personalizada com os dados do candidato, para aposição da assinatura no campo próprio e transcrição das respostas.

9.19. O candidato deverá conferir os seus dados pessoais impressos na Folha de Respostas, em especial seu nome, data de nascimento e número do documento de identidade.

9.20. Somente serão permitidas as transcrições das respostas na Folha de Respostas das Provas

Objetivas feitas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, que será o único documento válido para a correção, vedada qualquer colaboração ou participação de terceiros, respeitadas as condições solicitadas e concedidas aos candidatos com deficiência.

9.21. O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a Folha de Respostas das Provas Objetivas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.

9.22. Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato, devendo este arcar com os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente.

9.23. Não serão computadas questões não respondidas, que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emendas ou rasuras, ainda que legíveis.

9.24. O candidato não deverá fazer nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o seu desempenho.

9.25. O preenchimento da Folha de Respostas das provas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na capa do Caderno de Questões.

9.26. O candidato será submetido à detecção de metais e coleta de impressão digital durante a realização das provas.

9.27. As instruções que constam no Caderno de Questões da Prova e na Folha de Respostas, bem como as orientações e instruções expedidas pelo IBFC durante a realização das provas, complementam este Edital e deverão ser observadas e seguidas pelo candidato.

9.28. Após identificação para entrada e acomodação na sala, será permitido ao candidato ausentar-se da sala exclusivamente nos casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporária de necessidade extrema antes do início da prova, desde que acompanhado de um Fiscal. O candidato que, por qualquer motivo, não retornar à sala será automaticamente eliminado do Concurso Público.

9.29. Não haverá prorrogação do tempo de duração das provas, respeitando-se as condições previstas neste Edital.

9.30. Somente será permitido ao candidato retirar-se definitivamente da sala de prova após transcorrido o tempo de **1 (uma) hora de seu início**, mediante a entrega obrigatória da sua Folha de Respostas e do seu Caderno de Questões devidamente preenchidos e assinados, ao fiscal de sala.

9.30.1. O candidato que, por qualquer motivo ou recusa, não permanecer em sala durante o período mínimo estabelecido no item 9.30, terá o fato consignado em ata e será automaticamente eliminado do Concurso Público.

9.31. Não será permitida, nos locais de realização das provas, a entrada e/ou permanência de pessoas não autorizadas pelo IBFC, observado o previsto no item 7.1.6 deste Edital.

9.32. Ao terminar a prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros.

9.33. No dia da realização das provas, não serão fornecidas por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.

9.34. O Gabarito preliminar será divulgado no endereço eletrônico do IBFC - www.ibfc.org.br, em até 24 (vinte e quatro) horas após a aplicação das Provas Objetivas.

9.35. O Caderno de Questões das Provas Objetivas será divulgado no endereço eletrônico do IBFC - www.ibfc.org.br, na mesma data da divulgação dos gabaritos e apenas durante o prazo recursal.

9.36. O espelho da Folha de Respostas do candidato será divulgado no endereço eletrônico do IBFC - www.ibfc.org.br, na mesma data da divulgação das notas, e apenas durante o prazo recursal.

9.37. Será eliminado o candidato que:

- a) apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais pré-determinados;
- b) não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;
- c) não apresentar o documento de identidade exigido no item 9.7.1 deste Edital;

- d) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal, ou antes do tempo mínimo de permanência estabelecido no item 9.30 deste Edital;
- e) fazer uso de notas, anotações, livros, impressos, manuscritos, códigos, manuais ou qualquer outro material literário ou visual, salvo se expressamente admitido no Edital;
- f) for surpreendido usando boné, gorro, chapéu, óculos de sol, quaisquer equipamentos eletrônicos mesmo que desligados como, calculadora, relógio, *walkman*, *notebook*, *palm-top*, *ipod*, *tablet*, agenda eletrônica, gravador ou outros similares, ou instrumentos de comunicação interna ou externa, tais como telefone celular, *bip*, *pager* entre outros, ou deles que fizer uso;
- g) lançar mão de meios ilícitos para executar as provas;
- h) não devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas conforme o item 9.30 deste Edital;
- i) fazer anotação de informações relativas às suas respostas (copiar gabarito) fora dos meios permitidos;
- j) ausentar-se da sala de provas, portando a Folha de Respostas e/ou Caderno de Questões;
- k) não cumprir as instruções contidas no Caderno de Questões da Prova e na Folha de Respostas;
- l) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer fase do concurso público;
- m) não permitir a coleta de sua assinatura;
- n) recusar a se submeter ao sistema de detecção de metal e coleta de impressão digital;
- o) fotografar, filmar ou, de alguma forma, registrar e divulgar imagens e informações acerca do local da prova, da prova e de seus participantes;
- p) desrespeitar, ofender, agredir ou, de qualquer outra forma, tentar prejudicar outro candidato;
- q) perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos durante a preparação ou realização das provas;
- r) tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes;
- s) recusar-se a seguir as instruções dadas por membro da Comissão Organizadora e da Banca Examinadora, da equipe de aplicação e apoio às provas ou qualquer outra autoridade presente no local do certame;
- t) deixar de atender as normas contidas no Caderno de Questões da Prova e na Folha de Respostas e demais orientações/instruções expedidas pelo IBFC.

10 – DO JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

10.1. A Prova Objetiva de Múltipla Escolha, de caráter eliminatório e classificatório, será composta de **50 (cinquenta) questões** distribuídas pelos conhecimentos gerais e conhecimentos específicos sendo que cada questão conterà **5 (cinco) alternativas**, com uma única resposta correta, sendo constituídas conforme o quadro a seguir:

CARGO	PROVAS/ QUANTIDADE DE QUESTÕES	
	CONHECIMENTOS GERAIS	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
ANALISTA DE SAÚDE - OBSTETRIZ	10 questões	40 questões

10.2. O conteúdo programático referente à Prova Objetiva de Múltipla Escolha é o constante do **Anexo IV** deste Edital.

10.3. A Prova Objetiva de Múltipla Escolha de todos os candidatos será corrigida por meio de leitura ótica.

10.4. As Provas Objetivas de Múltipla Escolha serão estatisticamente avaliadas, de acordo com o desempenho do grupo a elas submetido.

10.4.1. Considera-se grupo o total de candidatos presentes às provas objetivas que prestaram as provas do respectivo Cargo.

10.4.2. Na avaliação da Prova Objetiva, será utilizado o escore padronizado, com média igual a 50 (cinquenta) e desvio padrão igual a 10 (dez).

10.4.3. Esta padronização tem por finalidade avaliar o desempenho do candidato em relação aos demais, permitindo que a posição relativa de cada candidato reflita sua classificação. Na avaliação das provas do Concurso:

- a) é contado o total de acertos de cada candidato na Prova Objetiva;
- b) são calculadas a média aritmética e o desvio padrão dos acertos de todos os candidatos do grupo presentes na Prova Objetiva;
- c) é transformado o total de acertos de cada candidato em nota padronizada (NP). Para isso, calcula-se a diferença entre o total de acertos (A) do candidato e a média aritmética de acertos (\bar{X}) do grupo, divide-se essa diferença pelo desvio padrão (S) do grupo, multiplica-se o resultado por 10 (dez) e soma-se 50 (cinquenta), de acordo com a fórmula:

$$NP = \frac{A - \bar{X}}{S} \times 10 + 50$$

NP = Nota Padronizada

A = Número de acertos do candidato

\bar{X} = Média de acertos do grupo

S = Desvio padrão do grupo

10.5. Será considerado habilitado na Prova Objetiva o candidato que obtiver nota padronizada igual ou superior a **50 (cinquenta)**.

10.6. Os candidatos não habilitados na Prova Objetiva serão excluídos do Concurso.

11 – DA CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA DOS CANDIDATOS

11.1. A pontuação final dos candidatos habilitados corresponderá à nota obtida na prova objetiva.

11.2. Os candidatos aprovados serão classificados por ordem decrescente da nota final, em listas de classificação.

11.3. Na hipótese de igualdade na Classificação Definitiva, serão aplicados critérios de desempate, tendo preferência, sucessivamente, conforme especificado abaixo:

- a) tiver maior idade, dentre os candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até a data de realização da Prova Objetiva, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003);
- b) obtiver maior número de acertos nas questões de Conhecimentos Específicos;
- c) obtiver maior nota na Prova Objetiva de Conhecimentos Gerais;
- d) tiver maior idade, dentre os candidatos com idade inferior a 60 anos;
- e) brasileiro, quando encontrar-se empatado com candidato estrangeiro, em conformidade com a Lei 13.404/2.002.
- f) exerceu efetivamente a função de jurado no período entre a data de publicação da Lei n.º 11.689/08 até a data de publicação deste Edital, conforme item 3.4 e seus subitens.

11.4. O desempate será efetuado pelo IBFC, seguindo os critérios do item 11.3.

11.5. A publicação do resultado final do concurso será realizada em 3 (três) listas:

- a) A primeira lista é geral, destinada à pontuação e classificação de todos os candidatos, incluindo os que se declararem portadores de deficiência, negros, negras ou afrodescendentes no ato de inscrição;
- b) A segunda lista será destinada, exclusivamente, à pontuação dos candidatos que concorram às vagas reservadas aos portadores de deficiência e sua classificação entre si;
- c) A terceira lista será destinada, exclusivamente, à pontuação dos candidatos que concorram às vagas reservadas a negros, negras ou afrodescendentes e sua classificação entre si.

11.6. O resultado final deste Concurso Público será publicado na íntegra no site do IBFC (www.ibfc.org.br) e no Diário Oficial da Cidade de São Paulo – DOC. (www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/).

11.7. O candidato não aprovado será excluído do Concurso Público e não constará da lista de classificação definitiva.

12 – DAS PUBLICAÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO – DOC

12.1. A Secretaria Municipal da Saúde fará publicar no Diário Oficial da Cidade de São Paulo – DOC (www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/), oportunamente:

- a) Edital de resultado das solicitações deferidas e indeferidas, quanto ao pedido de isenção do pagamento do valor da taxa de inscrição;
- b) Edital de divulgação dos candidatos com inscrições deferidas e indeferidas dos candidatos inscritos como portadores de deficiência e dos candidatos inscritos como negros, negras ou afrodescendentes;
- c) Edital de convocação para prestação da prova objetiva;
- d) Edital de divulgação do gabarito da prova objetiva;
- e) Edital do resultado da prova objetiva e lista dos candidatos habilitados e respectivas notas;
- f) Edital de classificação prévia;
- g) Editais de resultados dos recursos;
- h) Comunicados que se fizerem necessários;
- i) Edital de classificação definitiva.

12.2. Para cada listagem de classificação prévia e definitiva publicada haverá uma relação com todos os candidatos aprovados (Lista Geral), uma com os candidatos aprovados inscritos pela Lei nº 13.398/02 (Lista Específica – candidatos portadores de deficiência) e uma outra com os candidatos aprovados, inscritos em conformidade com a Lei nº 115.939/13, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 54.949/14 (Lista Específica – candidatos a cota racial).

13 - DOS RECURSOS

13.1. Caberá recurso ao Secretário Municipal da Saúde:

- a) do indeferimento do requerimento de isenção do pagamento do valor da inscrição, dentro de 02 (dois) dias úteis, a contar do dia seguinte ao da data de sua publicação. No caso de recurso em pendência à época da realização das provas, o candidato participará condicionalmente do Concurso;
- b) do indeferimento e da omissão das inscrições, dentro de 02 (dois) dias úteis, a contar do dia seguinte ao da data de sua publicação. No caso de recurso em pendência à época da realização das provas, o candidato participará condicionalmente do Concurso;
- c) da realização das provas, dentro de 01 (um) dia útil, a contar do dia seguinte ao da data de sua realização;
- d) dos gabaritos/questões e das notas/resultados da Prova Objetiva, dentro de 02 (dois) dias úteis, a contar do dia seguinte ao da data das respectivas publicações;
- e) da classificação prévia, dentro de 02 (dois) dias úteis a contar do dia seguinte ao da data da respectiva publicação.

13.2. Os recursos deverão ser protocolados em requerimento próprio disponível no endereço eletrônico www.ibfc.org.br.

13.3. Não serão aceitos recursos interpostos por via postal, fac-símile (fax), telex, telegrama ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

13.4. Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados não serão apreciados.

13.5. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no item 13.1 e suas alíneas.

13.6. A interposição dos recursos não obsta o regular andamento do cronograma do Concurso Público.

13.7. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes, que apontem as circunstâncias que os justifiquem e interpostos dentro do prazo.

13.8. Os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo não serão avaliados.

13.9. O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação de recurso.

13.10. O gabarito divulgado poderá ser alterado em função dos recursos impetrados, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.

13.11. Na ocorrência do disposto nos itens 13.1. e/ou em caso de provimento de recurso, poderá ocorrer à classificação/desclassificação do candidato que obtiver, ou não, a nota mínima exigida para a prova.

13.12. A Banca Examinadora constitui a última instância para os recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

13.12.1. Em hipótese alguma será aceita revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo.

13.13. Serão preliminarmente indeferidos os recursos:

- a) cujo teor despreze a Banca Examinadora;
- b) que estejam em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo;
- c) cuja fundamentação não corresponda à questão recursada;
- d) sem fundamentação e/ou inconsistente, incoerente ou os intempestivos;
- e) encaminhados por meio da Imprensa e/ou de “redes sociais on-line”;
- f) com argumentação idêntica a outros recursos;
- g) contra terceiros;
- h) em coletivo;
- i) fora do prazo estabelecido.

13.14. As respostas de todos os recursos, quer procedentes ou improcedentes, serão levadas ao conhecimento de todos os candidatos inscritos no Concurso por meio do site do IBFC (www.ibfc.org.br).

13.15. A decisão do “deferimento” ou “indeferimento” de recurso será dada a conhecer coletivamente e por meio de publicação no Diário Oficial da Cidade –DOC e no site do IBFC (www.ibfc.org.br), após o que não caberão recursos adicionais.

14 – DA NOMEAÇÃO E DA POSSE

14.1. A nomeação obedecerá, rigorosamente, a classificação obtida pelo candidato nas listas de classificação, conforme disposto nos itens 11.1. e 11.5. deste Edital e que serão publicadas, no Diário Oficial da Cidade de São Paulo – DOC.

14.2. Os candidatos nomeados serão convocados para escolha de vagas, segundo a conveniência da Administração, e observada rigorosamente, a ordem de classificação.

14.2.1. A nomeação será comunicada por correspondência a ser enviada para o endereço informado pelo candidato na Formulário de Inscrição e publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo - DOC, sendo considerado desistente o candidato que não comparecer ao local indicado, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da publicação da nomeação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo - DOC.

14.3. Para a posse, o candidato deverá entregar os seguintes documentos:

14.3.1. Cédula de Identidade – RG;

14.3.2. Cédula de Identidade de Estrangeiro ou visto permanente;

14.3.3. Carta de Igualdade de Direitos (se Português);

14.3.4. Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas- CPF;

14.3.5. Comprovante de PIS/PASEP (para quem já foi inscrito);

14.3.6. Título de Eleitor e Comprovante da última eleição (2 turnos) ou quitação eleitoral;

14.3.7. Os candidatos com idade inferior a 46 anos deverão estar em dia com as obrigações militares (Certificado de Dispensa de Incorporação/Certificado de Reservista/Carta Patente), atualizados com os cinco carimbos;

14.3.8. Duas fotos 3x4;

14.3.9. Possuir:

- Certificado de Conclusão de Curso de Obstetrix acompanhado do respectivo Histórico Escolar (com data de Colação de Grau) ou Diploma do Curso Superior de Obstetrix expedido por escola oficial ou oficializada, devidamente registrado e inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREN-SP ou,
- Certificado de Conclusão de Curso de Enfermagem com habilitação em Enfermagem Obstétrica acompanhado do respectivo Histórico Escolar (com data de colação de Grau) ou Diploma do Curso Superior de Enfermagem com Habilitação em Enfermagem Obstétrica expedido por escola oficial ou oficializada, devidamente registrado e inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREN-SP ou,
- Certificado de Conclusão de Curso de Enfermeiro com respectivo Histórico Escolar (com data de Colação de Grau) acompanhado de Certificado de Conclusão de Curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica e na Saúde da Mulher ou Diploma do Curso Superior de Enfermeiro acompanhado do Certificado de Conclusão de Curso de Especialização em Enfermagem – Obstétrica e na Saúde da Mulher expedido por escola oficial ou oficializada, devidamente registrado e inscrição no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREN-SP

14.3.10. Laudo Médico de “APTO” expedido pelo Departamento de Saúde do Servidor- DESS, da Secretaria Municipal de Gestão-SMG.

14.3.10.1. O exame médico pericial de ingresso será realizado por peritos do Departamento de Saúde do Servidor da PMSP e **terá como critérios as diretrizes definidas no protocolo de ingresso, conforme Comunicado COGEP/GAB Nº 21/2015, publicado no DOC de 12/12/2015, constante do ANEXO V - COMUNICADO COGEP.**

14.3.10.2. O candidato nomeado deverá no dia e hora marcados para a avaliação médica oficial, apresentar:

a) documento de identidade (RG), ou outro que o identifique com fotografia recente;

b) os seguintes exames médicos recentes no máximo de 6 (seis) meses relativos a:

b1) Exames laboratoriais: hemograma completo; glicemia de jejum; PSA prostático - para homens acima de 40 anos de idade; TGOTGP- Gama GT; uréia e creatinina; urina tipo I e urocultura se necessário;

b2) ECG (eletrocardiograma), com Laudo;

b3) Raio X de tórax, com Laudo;

b4) Colpocitologia oncótica (para mulheres acima de 25 anos ou com vida sexual ativa) - validade 360 dias para mulheres até 50 anos e 180 dias para as acima de 50 anos;

b5) Laudo Mamografia e Ultrassonografia de mama, se necessário - (mulheres a partir de 40 anos) - validade 360 dias para mulheres até 50 anos e 180 dias para as acima de 50 anos;

b6) USG (Ultrassonografia) de ombros direito e esquerdo e punhos direito e esquerdo com laudos para candidatas acima de 30 anos.

14.3.10.3. Os exames laboratoriais e complementares constantes do subitem 14.3.10.2. e suas alíneas serão realizados às expensas dos candidatos e servirão como elementos subsidiários à inspeção médica.

14.3.11. Os documentos escolares obtidos em instituição do exterior deverão ser apresentados pelo candidato, devidamente traduzidos por tradutor juramentado, e convalidados por parte de autoridade educacional brasileira competente até a data do ato da posse.

14.4. Todos os documentos relacionados no item 14.3. deste Edital deverão ser entregues em cópias reprográficas acompanhadas dos originais para serem vistas no ato da posse ou em cópias reprográficas autenticadas.

14.4.1. Não serão aceitos protocolos dos documentos relacionados no item 14.3 deste Edital.

14.5. Os candidatos inscritos como portadores de deficiência habilitados para vagas reservadas também deverão cumprir o disposto no subitem 14.3.10.2.

14.6. O candidato inscrito como portador de deficiência sujeitar-se-á, também, a exame médico específico e à avaliação para verificação da compatibilidade da deficiência de que é portador com as atribuições do cargo.

14.6.1. No exame médico específico, não sendo configurada a deficiência declarada, o título de nomeação pela lista específica será tornado insubsistente, voltando o candidato a figurar apenas na lista geral de candidatos aprovados, observando-se a ordem de classificação desta.

14.6.2. No exame médico específico sendo configurada a deficiência declarada, e permanecendo dúvidas, quanto à compatibilidade das atividades inerentes ao cargo, poderá a comissão multidisciplinar específica determinar a realização de avaliação prática, com as adaptações que se fizerem necessárias conforme a deficiência do candidato.

14.6.3. Do resultado do exame médico específico, caberá recurso, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados do dia seguinte ao da sua publicação, dirigido ao Diretor do Departamento de Saúde do Servidor – DESS.

14.6.4. Da decisão da comissão multidisciplinar específica, apenas na hipótese de não ter sido realizada a avaliação prática, caberá recurso fundamentado e documentado dirigido ao titular da Secretaria responsável pela realização do Concurso Público, no prazo de 3 (três) dias contados de sua publicação.

14.6.5. Será tornado sem efeito o título de nomeação do candidato cuja deficiência for considerada incompatível com as atribuições do cargo.

14.7. Na data da posse, o candidato deverá obrigatoriamente preencher o Formulário de Declaração de Acúmulo de Cargos.

14.7.1. Estando o servidor em situação de acúmulo, o mesmo será analisado em consonância com o disposto nos incisos XVI e XVII, do artigo 37, da Constituição Federal, na redação que lhes foi conferida pela Emenda Constitucional nº 19/1.998 (Reforma Administrativa), bem como o acúmulo de proventos com vencimentos na conformidade do § 10 desse artigo, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 20/98 (Reforma Previdenciária), observando-se, também, o Decreto Municipal nº 14.739/77.

14.7.2. No caso de ex-servidor da esfera Federal, Estadual ou Municipal, deverá ser apresentado documento que comprove o motivo da demissão, dispensa ou exoneração para verificação de eventuais impedimentos do exercício de cargo público.

14.8. O candidato que se apresentar para posse deverá firmar declaração quanto aos antecedentes criminais e administrativos.

14.8.1. Apontada a existência de antecedentes criminais, a Unidade encarregada da posse solicitará ao candidato a entrega das certidões de Antecedentes e de Execução Criminal.

14.8.2. Após análise da documentação referida no item 14.3. deste Edital, a posse deverá ser liminarmente negada se verificada a condenação nos seguintes casos:

- a) crimes contra a Administração Pública;
- b) crimes contra a Fé Pública;
- c) crimes contra o Patrimônio;
- d) crimes previstos pelo artigo 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal e os definidos como hediondos pela Lei Federal nº 8.072, de 25 de julho de 1990;
- e) crimes contra a Ordem Tributária;
- f) crimes contra a Segurança Nacional.

14.8.3. Quando a condenação decorrer de outros crimes que não os acima especificados, os documentos entregues pelo candidato serão examinados para aferição de compatibilidade entre a natureza do crime e o exercício do cargo público em geral e, particularmente, com as atribuições especificadas do cargo a ser provido.

14.8.3.1. Apurada a incompatibilidade, a posse será negada.

14.8.4. O candidato servidor municipal que, na data da nomeação, estiver incurso em procedimento administrativo, somente poderá formalizar a posse após o despacho decisório do Departamento Jurídico conforme procedimento previsto na ON01/1991 e ON 01/1993, ambas da SMA.

14.9. Na data da posse, o candidato deverá obrigatoriamente preencher formulário de Declaração de Bens e Valores nos termos dos artigos 1º, 2º e 3º do Decreto nº 53.929, de 21.05.2013.

14.10. A Secretaria Municipal da Saúde – SMS, da Prefeitura do Município de São Paulo, no momento do recebimento dos documentos para posse, preparará o Cartão de Autenticação Digital – CAD, na seguinte conformidade:

- a) afixará 1 (uma) foto 3X4 do candidato;
- b) coletará a assinatura do candidato; e
- c) procederá à autenticação digital do candidato.

14.111. A não apresentação dos documentos na conformidade deste Edital impedirá a formalização do ato de posse e eliminará o candidato do Concurso.

15 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação tácita das condições do Concurso, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, das quais não poderá alegar desconhecimento.

15.2. Motivará a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital e/ou nas instruções constantes na prova, bem como o tratamento incorreto e/ou descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação da prova.

15.3. A inexatidão das informações e/ou irregularidades e/ou falsidades nos documentos, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da posse, acarretarão a nulidade da inscrição com todas as suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

15.3.1. Comprovada a inexatidão ou irregularidades, descrita no item 15.3. deste Capítulo, o candidato estará sujeito a responder por Falsidade Ideológica de acordo com o artigo 299 do Código Penal.

15.4. Todos os cálculos descritos neste Edital, relativo ao resultado das provas, serão realizados com duas casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a terceira casa decimal for maior ou igual a cinco.

15.5. Caberá ao Senhor Secretário Municipal da Saúde a homologação do resultado deste Concurso.

15.6. O prazo de validade deste Concurso será de **1 (um) ano**, contado da data da homologação de seus resultados, prorrogável por uma única vez por igual período, a critério da Administração.

15.7. A Secretaria Municipal da Saúde - SMS reserva-se o direito de proceder às convocações dos candidatos aprovados para escolha de vagas e à nomeação, em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e os cargos vagos existentes, durante o período de validade do Concurso.

15.8. O candidato deverá manter atualizado seu endereço, desde a inscrição até a publicação da classificação definitiva junto ao IBFC e, após esse período, desde que aprovado, na Secretaria Municipal da Saúde - SMS, sita na Rua General Jardim, 36 - 1º andar - Vila Buarque, São Paulo – SP, não lhe cabendo qualquer reclamação caso não seja possível à SMS informá-lo da nomeação, por falta da citada atualização.

15.8.1. A Secretaria Municipal da Saúde - SMS e o IBFC não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

- a) endereço não atualizado;
- b) endereço de difícil acesso;
- c) correspondência devolvida pela ECT por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
- d) correspondência recebida por terceiros;
- e) ausência de atualização dos dados pessoais na forma prevista deste Edital.

15.9. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito ou circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo-DOC.

15.10. A Secretaria Municipal da Saúde - SMS e o IBFC se eximem das despesas decorrentes de viagens e estadas dos candidatos para comparecimento a qualquer das fases deste Concurso Público, bem como da responsabilidade sobre material e/ou documento eventualmente esquecidos nos locais das provas.

15.11. O não atendimento pelo candidato a qualquer tempo, de quaisquer das condições estabelecidas neste Edital, implicará em sua eliminação do Concurso.

15.12. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, Comunicados, Convocações, inclusive para os exames médicos e demais publicações referentes a este Concurso no Diário Oficial da Cidade de São Paulo-DOC.

15.12.1. Do mesmo modo é de responsabilidade do candidato acompanhar as informações constantes do site do IBFC.

15.13. Os candidatos classificados serão nomeados para os cargos vagos, observando-se rigorosamente a ordem de classificação definitiva, segundo a conveniência da Administração.

15.14. Os candidatos nomeados que vierem a atuar no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU – 192, após o início de exercício, serão submetidos obrigatoriamente ao Curso de Atendimento Pré-Hospitalar, que será de caráter eliminatório, em período e horário a serem oportunamente definidos.

15.14.1. A não aprovação no curso acarretará no encaminhamento do candidato à Coordenação de Gestão de Pessoas - CGP/SMS para escolha de vaga, em outras Unidades/Serviços da SMS.

15.15. A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital e alterações posteriores não serão objeto de avaliação da prova neste Concurso.

15.16. Toda a menção a horário neste Edital e em outros atos dele decorrentes terá como referência o horário oficial de Brasília – DF.

15.17. As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, em caráter irrecorrível, pela Prefeitura do Município de São Paulo, por meio de seus órgãos competentes, a Secretaria Municipal da Saúde-SMS, e pelo IBFC, no que a cada um couber, ouvida sempre a Comissão Coordenadora do Planejamento e Execução do presente Concurso.

ANEXO I – DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES

- 1- Prestar assistência ao parto e nascimento de risco habitual, da admissão à alta.
- 2- Atuar de forma integrada às Redes de Atenção à Saúde, garantindo atendimento integral e de qualidade, baseado em evidências científicas e humanizado, às mulheres, seus recém-nascidos e familiares e/ou acompanhantes.
- 3- Acolher a mulher e seus familiares ou acompanhantes;
- 4- Avaliar todas as condições de saúde materna, clínicas e obstétricas, assim como as do feto;
- 5- Garantir o atendimento à mulher no pré-natal, parto e puerpério por meio da consulta de enfermagem;
- 6- Promover modelo de assistência, centrado na mulher, no parto e nascimento, ambiência favorável ao parto e nascimento de evolução fisiológica e garantir a presença do acompanhante de escolha da mulher, conforme previsto em lei;
- 7- Adotar práticas baseadas em evidências científicas como: oferta de métodos não farmacológicos de alívio da dor, liberdade de posição no parto, preservação da integridade perineal do momento da expulsão do feto, contato pele a pele mãe recém-nascido, apoio ao aleitamento logo após o nascimento, entre outras, bem como o respeito às especificidades étnico-culturais da mulher e de sua família;
- 8- Avaliar a evolução do trabalho de parto e as condições maternas e fetais, adotando tecnologias apropriadas na assistência e tomada de decisão, considerando a autonomia e protagonismo da mulher;
- 9- Prestar assistência ao parto normal de evolução fisiológica (sem distócia) e ao recém-nascido;
- 10- Encaminhar a mulher e/ou recém-nascido a um nível de assistência mais complexo, caso sejam detectados fatores de risco e/ou complicações que justifiquem;
- 11- Garantir a integralidade do cuidado à mulher e ao recém-nascido por meio da articulação entre os pontos de atenção, considerando a Rede de Atenção à Saúde e os recursos 11- Registrar no prontuário da mulher e do recém-nascido as informações inerentes ao processo de cuidar, de forma clara, objetiva e completa;
- 12- Prestar informações, escritas e verbais, completas e fidedignas necessárias ao acompanhamento e avaliação do processo de cuidado;
- 13- Promover educação em saúde, baseado nos direitos sexuais, reprodutivos e de cidadania;
- 14- Participar do planejamento de atividades de ensino e zelar para que os estágios de formação profissional sejam realizados em conformidade com a legislação de Enfermagem vigente;
- 15- Promover, participar e ou supervisionar o processo de educação permanente e qualificação da equipe de enfermagem, considerando as evidências científicas e o modelo assistencial do Centro de Parto Normal ou Casa de Parto, centrado na mulher e na família;
- 16- Participar de Comissões atinentes ao trabalho e a filosofia do Centro de Parto Normal ou Casa de Parto, como: comissão de controle de infecção hospitalar, de investigação de óbito materno e neonatal, de ética, entre outras;
- 17- Participar de ações interdisciplinares e intersetoriais, entre outras, que promovam a saúde materna e infantil;
- 18- Notificar todos os óbitos maternos e neonatais aos Comitês de Mortalidade Materna e Infantil/Neonatal da Secretaria Municipal e/ou Estadual de Saúde, em atendimento ao imperativo da Portaria GM/MS nº 1119, de 05 de junho de 2008, ou outra que a substitua;
- 19- Notificar todos os casos de Notificação Compulsória.

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE RENDA FAMILIAR

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N° 02/2016

Eu, _____
_____, Inscrição nº _____, CPF. N° _____,
declaro para fins de isenção do pagamento do valor da inscrição no Concurso Público da
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE,
para o cargo de **ANALISTA DE SAÚDE – OBSTETRIZ** que a composição de minha renda familiar
corresponde ao discriminado no quadro a seguir:

RENDA FAMILIAR (membros da família residente sob o mesmo teto, inclusive o próprio candidato)

NOME COMPLETO	GRAU DE PARENTESCO	DATA DE NASCIMENTO	CPF	REMUNERAÇÃO MENSAL (R\$)

Estou ciente que poderei ser responsabilizado criminalmente, caso as informações aqui prestadas não correspondam à verdade.

Em ____/____/2016.

Assinatura do candidato (a)

Obs.: A cópia do comprovante de isenção e a declaração de renda familiar deverão ser postados até o dia **25 de fevereiro de 2016**.

ANEXO III - REQUERIMENTO DE PROVA ESPECIAL OU DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

**PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº. 02/2016

Eu, _____,

CPF. nº _____, inscrito no Concurso Público da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE sob o nº _____, para o cargo de **Analista de Saúde – Obstetriz**, solicito a seguinte condição especial para a realização da Prova Objetiva:

<input type="checkbox"/>	1. Prova em Braile
<input type="checkbox"/>	2. Prova Ampliada
<input type="checkbox"/>	3. Prova com Ledor
<input type="checkbox"/>	4. Prova com Intérprete de Libras
<input type="checkbox"/>	5. Acesso Fácil (cadeirante)

Outras solicitações:

* Estou ciente de que o IBFC atenderá o solicitado levando em consideração critérios de viabilidade e razoabilidade, conforme item 7.4. deste Edital.

Em ____/____/2016.

Assinatura do candidato

Obs.: O Laudo Médico e a solicitação de Prova Especial e/ou condições especiais (se for o caso) deverão ser postados até o dia **11 de março de 2016**.

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

No que se refere à atualização da legislação indicada, informa-se que deve ser considerada a legislação atualizada, desde que vigente, tendo como base até a data da publicação oficial do Edital.

Conhecimentos Gerais:

Política de Saúde: Histórico das Políticas de Saúde no Brasil; SUS e Municipalização: princípios, diretrizes e estrutura. Legislação do Sistema Único de Saúde; Política Nacional de Atenção Obstétrica 2005, Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher (PNAISM), Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN), Rede Cegonha: política pública de saúde para o pré-natal, parto, nascimento e Código de Ética de Enfermagem.

Conhecimentos Específicos:

- Assistência à saúde materna e perinatal baseada em evidências científicas:
- Assistência à mulher no primeiro período ativo do parto: uso do partograma: modelos e implicações; mobilidade/posicionamento da mulher; métodos não farmacológicos e o manejo da dor; diagnóstico e manejo do trabalho de parto prolongado;
- Indução de trabalho de parto: uso de prostaglandinas e ocitocina; condução do trabalho de parto com ocitocina: indicações, dose e progressão das doses;
- Assistência à mulher no segundo período ativo do parto: posição de parto, manejo perineal para prevenção e controle de lacerações; reparo de lacerações perineal.
- Assistência ao 3º e 4º período do parto: prevenção e profilaxia da hemorragia pós parto: uso de prostaglandina e ocitocina.
- Cuidado perinatal imediato: clameamento tardio do cordão; contato precoce bebê-mãe-família; acolhimento e primeiros cuidados com o recém-nascido; reanimação neonatal
- A humanização da atenção ao pré-natal, parto e nascimento: o plano de parto (escolhas e desejos da mulher) e a integração entre a unidade básica de saúde e o sistema de referência para o parto.
- Exames pré-natal de rotina avaliação e conduta; imunização da gestante; parâmetros vitais: ganho ponderal, níveis pressóricos: monitoração do risco para pré-eclâmpsia e hemorragia do pós-parto.
- Políticas públicas para a promoção da saúde materna e perinatal no Brasil: diretrizes nacionais para a assistência ao pré-natal e ao puerpério e as doenças sexualmente transmissíveis
- Práticas de atenção ao parto baseadas em evidências científicas: Parto (s) normal (s) após cesariana (PNAC)
- Práticas de atenção ao risco obstétrico e neonatal baseadas em evidências científicas: assistência perinatal e morbimortalidade materna.
- Assistência às urgências e emergências gerais, obstétricas e neonatais. Hemorragia no terceiro e quarto período do parto.
- Práticas de atenção ao recém-nascido e lactente baseadas em evidências científicas: articulação da assistência pré-natal e as ações de cuidado dirigidas a mulher, recém-nascido e família no contexto do parto e puerpério
- Assistência ao recém-nascido em sala de parto, alojamento conjunto, Incentivo ao aleitamento materno e do vínculo mãe-bebê.
- Práticas e modelos de atenção à saúde materna e perinatal: indicadores de saúde materna e perinatal e o modelo de assistência ao parto e nascimento.
- Direitos sexuais e reprodutivos, gênero e violência contra a mulher. Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes/MS/2012.
- Assistência à mulher em situação de abortamento e violência. Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento/MS/2011.
- Assistência à mulher no planejamento familiar; informação e diferentes métodos contraceptivos;

- LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996, que regulamenta o Planejamento Familiar.
- Doenças sexualmente transmissíveis (DST/HIV). Testes Rápidos de HIV e Sífilis.

**ANEXO V – COMUNICADO COGEP/GAB Nº 21/2015, PUBLICADO NO DOC DE 12/12/2015
PROTOCOLOS TÉCNICOS DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO SERVIDOR – DESS – REVISÃO
DE 2015**

Em atenção ao princípio da transparência, o Departamento de Saúde do Servidor (DESS) e a Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP) da Secretaria Municipal Gestão (SMG) tornam público à atualização dos Protocolos Técnicos utilizados pelo Departamento de Saúde do Servidor (DESS) para: exames médicos periciais de Ingresso, concessão de Licenças Médicas, caracterização de Acidente e Doença do Trabalho, avaliação de Readaptação Funcional, avaliação para a Aposentadoria por Invalidez, concessão de: Isenção de Imposto de Renda, Pensão Mensal e Salário Família.

CONSIDERANDO QUE:

- o objetivo do exame médico-pericial de Ingresso é avaliar a capacidade física e mental do candidato para exercer as atividades para as quais está se propondo, tendo em conta os riscos inerentes a cada cargo e o prognóstico de algumas patologias estabelecendo critérios únicos para todos os candidatos;
- o objetivo das perícias médicas para Licença Comum e por Acidente de Trabalho é avaliar o servidor e conceder o afastamento das suas funções pelo tempo necessário para que recupere sua capacidade laboral, independente do período de tratamento e/ou cura da patologia em questão;
- o objetivo das avaliações de Readaptação Funcional é restrição do rol de atividades inerentes ao cargo/função do servidor;
- o objetivo das avaliações de Aposentadoria é a verificação da incapacidade laborativa para o serviço público;
- o objetivo das avaliações para Pensão Mensal e Salário Família é a verificação da incapacidade para o trabalho antes do óbito do servidor e antes da maioridade respectivamente;
- o objetivo das avaliações para Isenção de Imposto de Renda é o enquadramento da patologia apresentada nas leis federais que regularizam o assunto;

Foram elaborados estes Protocolos Técnicos pelos médicos do trabalho e especialistas nas diversas áreas do Departamento de Saúde do servidor, com base em documentos e publicações técnico-científicas atuais, bem como em dados epidemiológicos do Departamento.

Os parâmetros estabelecidos neste protocolo subsidiam o perito na produção do respectivo laudo pela análise específica de cada caso.

I - PROTOCOLOS PARA EXAMES MÉDICO-PERICIAIS PARA INGRESSO

Os protocolos técnicos a seguir referem-se às principais patologias geradoras de inaptidão nos exames médicos de ingresso.

Considera-se que o objetivo do exame médico admissional de ingresso é avaliar a capacidade física e mental do candidato para exercer as atividades para as quais está se propondo, tendo em conta os riscos inerentes a cada cargo e o prognóstico de algumas patologias apresentadas pelos candidatos.

Os critérios foram estabelecidos também, levando-se em consideração a função que o candidato irá exercer e os dados epidemiológicos que apontaram patologias responsáveis por licenças prolongadas, readaptações funcionais e aposentadoria precoce por invalidez.

Importante salientar que o "Protocolo do Ingresso" poderá ser complementado por diretrizes específicas e soberanas, que constem em editais de concurso para ingresso nos quadros funcionais em seus diversos cargos dentro da Municipalidade de São Paulo.

OBSERVAÇÃO:

-Os candidatos portadores de necessidades especiais e que tenham se inscrito dentro da cota de deficientes, terão suas deficiências caracterizadas através de exame médico pericial especializado do DESS, conforme Lei do Deficiente 13.398/2002 (que dispõe sobre o acesso de pessoas portadoras de deficiência a cargos e empregos públicos da Prefeitura do Município de São Paulo);

-A compatibilidade da Deficiência Física (caracterizada conforme os critérios descritos acima) com a função / cargo pleiteado, será avaliada por uma "Comissão de Compatibilidade" designada pelo Secretário da Pasta responsável pelo Concurso e publicada em Diário Oficial da Cidade; 39 ÚL

-O candidato que tiver sua deficiência compatibilizada com a função / cargo, será submetido ao exame médico pericial de ingresso para avaliação da sua condição de saúde não relacionada à deficiência;

- São consideradas funções de risco para alterações oftalmológicas: GCM, Motorista ou Operador de máquinas de grande porte, estes candidatos NÃO poderão ingressar pela Lei do Deficiente Físico (Visual) e também não poderão ser daltônicos ou amblíopes.

A - EXAME MÉDICO PERICIAL GERAL

O candidato será considerado INAPTO, nos casos em que apresentar:

- a) cicatrizes e/ou deformidades diversas que levem à limitação funcional para a função pleiteada;
- b) tatuagens que afetem o decoro como agente público tais como as que apresentem símbolos e/ou inscrições alusivos a Ideologias terroristas ou extremistas, contrárias às instituições democráticas ou que preguem a violência e a criminalidade; discriminação ou preconceitos de raça, credo, sexo ou origem; ideias ou atos libidinosos; ideias ou atos ofensivos às Instituições oficiais que esteja (m) aplicada (s) em extensa área do corpo ou na face;
- c) cirurgias que reduzam a capacidade física e vital para a função pleiteada;
- d) doenças clínicas incuráveis ou progressivas, ou que tenham deixado sequelas limitantes para função;
- e) doenças infectocontagiosas em atividade e com limitação ou risco para si no desempenho da função;
- f) doenças da pele não controladas ou não tratadas: eritrodermia, púrpura, pênfigo: todas as formas, úlceras: de estase, anêmica, microangiopática, arteriosclerótica e neurotrófica, colagenoses: lúpus eritematoso sistêmico, dermatomiosite, esclerodermia, micoses profundas; Hanseníase;
- g) processo hemorroidário para as funções de risco para esta patologia, por exemplo, motoristas;
- h) o candidato ainda será considerado INAPTO, nos casos em que apresentar alteração em exame complementar que represente qualquer condição incapacitante.

B - EXAME ORTOPÉDICO

O candidato será considerado INAPTO, nos casos em que apresentar as alterações seguintes incompatíveis com a função em especial nas funções de risco (Operador de máquinas de grande porte, Guarda Civil Metropolitano, Professor de Educação Física):

- a) perda de substância óssea com redução da capacidade motora;
- b) instabilidades articulares tipo luxações recidivantes ou habituais e instabilidades ligamentares isoladas ou generalizadas de qualquer etiologia;
- c) desvio de eixo fisiológico do aparelho locomotor, como sequelas de fraturas, cifoses superiores a 45 graus, escoliose superior a 10 graus, espondilólise e espondilolistese de natureza congênita ou adquirida, deformidade da cintura escapular, do cotovelo, punho ou mão e dos dedos; discopatia da coluna vertebral; caracterizadas por quadros algícos prévios ou que tenham requerido tratamento especializado e ou afastamento.
- d) cirurgias prévias da coluna para fraturas, discopatia, espondilolistese, infecção ou correção de desvios;
- d) desvios do tornozelo e articulações subtalar, desvios das articulações médio-társicas e do ante pé;
- e) pré-existência de cirurgia no plano articular
- f) obliquidade pélvica com ou sem discrepâncias de complemento dos membros inferiores Genu Varum ou Valgun com repercussão sobre o eixo fisiológico corporal.
- g) alterações congênicas e sequelas de osteocondrites
- h) doença infecciosa óssea e articular (osteomielite) ou sequelas que levem à redução significativa de mobilidade articular, da força muscular e com alteração de eixo que comprometa a força e a estabilidade das articulações; alteração óssea que comprometa a força e a estabilidade dos membros superiores e inferiores; discopatia; fratura viciosamente consolidada; pseudoartrose; doença

inflamatória e degenerativa ósteo-articular; artropatia de qualquer etiologia; tumor ósseo e muscular; distúrbios osteo musculares relacionados ao trabalho ou lesões por esforços repetitivos. 40 ÚL

C - EXAME NEUROLÓGICO

O candidato será considerado INAPTO, nos casos em que apresentar as seguintes alterações incompatíveis com a função, em especial as funções de risco (Operador de máquinas de grande porte, Guarda Civil Metropolitano):

- a) Alterações neurológicas, ou sequelas do tipo: paralisias totais ou parciais, atrofia e distrofias musculares, perdas de sensibilidade e epilepsia;
- b) infecção do sistema nervoso central; doença vascular do cérebro e/ou da medula espinhal; síndrome pós-traumatismo cranioencefálico, distúrbio do desenvolvimento psicomotor; doença degenerativa e heredo-degenerativa; distrofia muscular progressiva; doenças desmielinizantes.

D - EXAME PULMONAR

O candidato poderá ser considerado INAPTO nas funções de risco (Operador de máquinas de grande porte, Guarda Civil Metropolitano, Professor de Educação física) nos casos em que apresentar:

Distúrbio da função pulmonar. O candidato deverá, no ato da perícia, apresentar os exames subsidiários pertinentes a sua patologia. O perito poderá solicitar mais exames que subsidiem sua conclusão (Rx tórax, provas de função pulmonar, saturação de O₂).

Nos casos duvidosos o candidato poderá ser encaminhado para parecer de especialista.

E - EXAME CARDIOVASCULAR

O candidato será considerado INAPTO, nos casos em que apresentar:

- a) Insuficiência cardíaca congestiva em Classe Funcional III ou IV da NYHA; e em classe funcional I e II para funções que exijam esforço físico. Todos os candidatos com estes diagnósticos deverão ser avaliados por especialista em cardiologia do DESS;
- b) doença coronariana não compatível com funções que exijam esforço físico, miocardiopatias, hipertensão arterial sistêmica (parâmetros abaixo), hipertensão pulmonar; pericardite;
- c) cardiopatia congênita, (ressalvada a CIA, a CIV e a PCA corrigidos cirurgicamente, e alterações da válvula aórtica bicúspide, que não promovam repercussão hemodinâmica); valvulopatia adquirida, (ressalvado o prolapso de válvula mitral com ausência de repercussão funcional);
- d) arritmia cardíaca: ressalvados os candidatos considerados aptos pelo especialista do DESS;
- e) Insuficiência venosa periférica – varizes (parâmetros abaixo); linfedema; fístula arteriovenosa; angiodisplasia; arteriopatia oclusiva crônica;
- f) arteriosclerose obliterante, tromboangíte obliterante, arterites; arteriopatia não oclusiva - aneurismas, mesmo após correção cirúrgica; arteriopatia funcional - doença de Reynaud, acrocianose, distrofia simpático-reflexa; síndrome do desfiladeiro torácico.

Casos não previstos acima terão a conclusão a critério médico pericial.

Hipertensão arterial sistêmica

1. O candidato que no momento do exame admissional apresentar Pressão Arterial (PA) até 150 x 100 mmHg (inclusive), sem patologia associada, será considerado APTO independente da função.

2. O candidato que apresentar PA superior a 150 x 100 mmHg, será classificado em uma das seguintes situações:

Função de risco e sem patologia associada – solicitar exames:

Exames normais - APTO.

Exames alterados - Encaminhar para cardiologista, que avaliará o tipo de alteração, podendo considerar APTO ou INAPTO.

Função de risco e com patologia associada - INAPTO

Outras funções e sem patologia associada – APTO.

Outras funções e com patologia associada – SOLICITAR EXAMES

Exames normais - APTO 41 ÚL

Exames alterados - Encaminhar para cardiologista, que avaliará o tipo de alteração, podendo considerar APTO ou INAPTO.

1- O candidato que apresentar PA de 170 x 110 mmHg ou acima desta medida, será classificado em uma das seguintes situações:

Função de risco, com ou sem patologia associada, será considerado INAPTO.

Outras funções, patologia associada - INAPTO.

Outras funções, sem patologia associada – Solicitar exames.

Exames normais - APTO

Exames alterados - Encaminhar para cardiologista, que avaliará o tipo de alteração, podendo considerar APTO ou INAPTO.

OBSERVAÇÕES: São consideradas funções de risco relacionadas com alterações da pressão arterial: Guarda Civil Metropolitano, Agente de Apoio (Motorista, Eletricista, Operador de Máquina de Grande Porte) e qualquer atividade que possam colocar em risco a saúde em geral e a integridade física do candidato.

São consideradas patologias associadas à Hipertensão Arterial: Diabete Mellitus, Arritmias e Obesidade.

Os exames solicitados são: Glicemia, RX de Tórax, ECG, Exame de Fundo de Olho (FO), Urina I, Dosagem de Creatinina, Uréia, Colesterol e Triglicérides. Os exames poderão ser realizados pela Prefeitura ou pelo convênio que o candidato possuir ou particulares, com prévia comunicação e consequente concordância do Departamento. Todos os candidatos hipertensos serão orientados para realizarem o devido tratamento.

Varizes de membros inferiores

O candidato que apresentar varizes primárias de Grau I ou II (veias com calibre até 0,5 mm), sem quadro agudo e sem sinais de insuficiência venosa crônica, será considerado = APTO, independente da função que venha exercer. O candidato que apresentar varizes primárias de Grau III e Grau IV (veias de calibre superiores a 0,5 mm), sem quadro agudo e sem sinais de insuficiência venosa:

Função de risco - INAPTO

Outras funções - APTO

Nos demais casos de varizes encaminhar para especialista, que avaliará dentro dos seguintes critérios:

O candidato que apresentar varizes primárias Graus I, II e III, com sinais de IVC, porém sem quadro agudo:

Função de risco - INAPTO

Outras funções - APTO a depender do quadro de IVC.

O candidato que apresentar veias de grosso calibre GRAU IV (acima de 0,7 mm), sem quadro agudo, porém com sinais de Insuficiência Venosa Crônica, será considerado - INAPTO, Independente da função. O candidato que apresentar varizes primárias com quadro agudo de insuficiência venosa será considerado INAPTO independente da função.

OBSERVAÇÕES:

São consideradas funções de risco relacionadas com varizes: Professor, Guarda Civil Metropolitano, Professor de Desenvolvimento Infantil, Vigia, Médico-Cirurgião, Sepultadores, Agente Escolar, Agente de Apoio (Motorista, Auxiliares de Serviços Gerais) e outras que possam colocar em risco a saúde em geral e/ou a integridade física do candidato.

São consideradas patologias associadas que dificultam o tratamento:

Traumas associados, obesidade, idade e diabete melittus.

São considerados sinais de Insuficiência Venosa Crônica, aqueles decorrentes de hipertensão venosa, com alterações teciduais, tais como: ulcerações, edemas, erisipelas, dermatites, escleroses e varizes secundárias.

São considerados casos agudos os quadros que necessitam de afastamento do trabalho para tratamento clínico imediato. Em todos os casos de aptidão os servidores serão encaminhados para tratamento. 42
ÚL

F – OFTALMOLOGIA

TODOS OS Candidatos a funções de risco ou com 50 anos ou mais, serão submetidos diretamente a exame oftalmológico.

Demais funções e com idade inferior a 50 anos, serão submetidos a exame de Acuidade visual, através de exame Snellen por profissional treinado e qualificado em DESS.

Funções de risco: são consideradas funções de risco relacionadas com alterações oftalmológicas: Guarda Civil Metropolitano, Agente de Apoio (Motorista, Eletricista, Operador de Máquina de Grande Porte) e qualquer atividade que exija perfeita acuidade visual especialmente aquelas que possam colocar em risco o candidato.

OBS: Os deficientes físicos visuais serão classificados de acordo com a Portaria 053/SMA-G/2000. Agente de Apoio (Motoristas e Operadores de Máquinas de Grande Porte). Utilizam-se os critérios para motorista do DETRAN (CNH Profissional, categorias C e D).

Para ser considerado - APTO o candidato terá que apresentar acuidade visual igual ou acima de 0,8 em cada olho em separado, com ou sem correção.

O candidato que apresentar acuidade visual menor que 0,8 em cada olho em separado, com ou sem correção, será considerado - INAPTO.

Agente de Apoio (Eletricista):

Para ser considerado - APTO o candidato terá que apresentar acuidade visual igual ou acima de 0,6 em cada olho em separado, com ou sem correção.

O candidato que apresentar acuidade visual menor que 0,6 em cada olho em separado, com ou sem correção, será considerado - INAPTO.

Guarda Civil Metropolitano: para ser considerado - APTO o candidato terá que apresentar acuidade visual igual ou acima de 0,8 em cada olho em separado, com ou sem correção.

O candidato que apresentar acuidade visual menor que 0,8 em cada olho em separado, com ou sem correção, será considerado - INAPTO.

Outras funções:

O candidato que apresentar acuidade visual igual ou acima de 0,6 no melhor olho, com ou sem correção, ao exame de Snellen, será considerado APTO.

O candidato que apresentar acuidade visual igual ou menor que 0,6 no melhor olho, com ou sem correção, será encaminhado para exame oftalmológico.

O candidato que tiver visão 0,3 e 0,6, e não apresentar: suspeita de catarata, glaucoma, ceratocone, retinopatia proliferativa diabética ou não ou outras patologias evolutivas, será considerado - APTO.

O candidato que tiver visão 0,3 e 0,6 e apresentar suspeita de catarata, glaucoma, ceratocone, retinopatia proliferativa diabética ou não ou outras patologias evolutivas, será solicitado relatório médico esclarecedor. Dependendo da confirmação diagnóstica, do estágio evolutivo e do prognóstico, será considerado - APTO ou INAPTO pelo oftalmologista perito do DESS.

O candidato que tiver visão menor ou igual a 0,3, no melhor olho, com correção, será considerado portador de deficiência físico visual, dependendo do caráter evolutivo da patologia e da função a ser exercida.

O candidato à função de risco na PMSP portador ou referindo história de estrabismo corrigido cirurgicamente deverá apresentar: agudeza visual em ambos os olhos, com ou sem correção, compatível com a função. Teste óptico comprovando a existência de visão binocular e fusão.

G - EXAMES LABORATORIAIS.

Os exames COMPLEMENTARES visam comprovar o estado de saúde do candidato, subsidiar as hipóteses diagnósticas e a elaboração do laudo médico pericial:

- a) o médico perito do Departamento de Saúde do Servidor, durante a avaliação pré-admissional, poderá solicitar exames complementares de apoio diagnóstico, nos casos em que considerar necessário; 43 ÚL
- b) os exames solicitados deverão ser providenciados por conta do candidato, podendo ser realizados na saúde pública ou privada, e apresentados no prazo máximo de 15 dias da data da avaliação inicial e terão validade máxima de 30 (trinta) dias corridos e deverão ser homologados pelo Departamento de Saúde do Servidor;
- c) A conclusão médica pericial de APTO OU INAPTO para o cargo será definida pelo médico perito do DESS/SEMPA com base nos itens acima, Protocolos da Divisão de Perícias Médicas e do Núcleo do Ingresso do DESS e outras evidências periciais pertinentes à conclusão final.

H - PORTADORES DE NEOPLASIAS

1- CONCEITUAÇÃO: É um grupo de doenças caracterizadas pelo desenvolvimento incontrolado de células anormais que se disseminam a partir de um sítio anatômico primitivo. São consideradas Neoplasias Malignas as relacionadas na Classificação Internacional de Doenças (CID-10).

2- AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA E ESTADIAMENTO: o diagnóstico e a extensão da neoplasia maligna podem ser determinados pelos seguintes meios propedêuticos:

- a) biópsia da lesão com estudo histopatológico;
- b) exames citológicos;
- c) exames ultrassonográficos;
- d) exames endoscópicos;
- e) exames de tomografia computadorizada;
- f) exames de ressonância nuclear magnética;
- g) exames cintilográficos;
- h) pesquisa de marcadores tumorais específicos;
- i) exames radiológicos.

3 – PROGNÓSTICO – é determinado pelo grau de malignidade da neoplasia influenciado pelos seguintes fatores:

- a) grau de proliferação celular;
- b) grau de diferenciação celular;
- c) grau de invasão vascular e linfática;
- d) estadiamento clínico e/ou cirúrgico;
- e) resposta à terapêutica específica;
- f) estatísticas de morbidade e mortalidade de cada tipo de neoplasia.

Para fins de ingresso no Serviço Público Municipal serão considerados portadores de Neoplasia Maligna todos os candidatos durante os 05 (cinco) primeiros anos de acompanhamento clínico ou a partir da data do diagnóstico. No exame pericial será levada em consideração a avaliação diagnóstica (localização, tipo histológico) e estadiamento clínico, o prognóstico, se a patologia foi suscetível de tratamento cirúrgico, radioterápico ou quimioterápico, exames complementares realizados após o tratamento.

O candidato em quimioterapia poderá ser considerado inapto, dependendo da quimioterapia instituída. A aptidão do candidato portador de neoplasia maligna será avaliada caso a caso a critério médico pericial.

I - PORTADORES DE TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS

O candidato que no momento do exame admissional apresentar sinais e/ou sintomas de transtornos mentais e/ou comportamentais, história clínica pregressa de internação ou tratamento psiquiátrico, uso de medicação controlada e/ou antecedentes de licenças médicas psiquiátricas será encaminhado para especialista. A aptidão ficará a critério do especialista que se baseará nas seguintes situações:

1 – Nos casos de presença de quadro psiquiátrico atual:

Quadro Atual Função de Risco Outras Funções

Psicopatologia grave/moderada Inapto para qualquer função 44 ÚL

-Psicopatologia leve sem tratamento adequado:

- Funções de risco- Inapto

- Outras funções A critério do especialista, com base em relatórios do médico assistente, evolução, grau de incapacidade, prognóstico da patologia, etc.

Psicopatologia leve com tratamento adequado:

- Função de risco- Inapto

- Outras funções A critério do especialista, com base em relatórios do médico assistente, evolução, grau de incapacidade, prognóstico da patologia, etc.

2 – Nos casos de história psiquiátrica pregressa:

Antecedentes psiquiátricos Função de Risco Outras Funções

Antecedentes de quadro psiquiátrico leve:- Função de risco - a critério do especialista, com base em relatórios do médico assistente,

evolução, grau de incapacidade, número de recaídas / recidivas, prognóstico da patologia, etc.

-Outras funções - Apto

Antecedentes de quadro psiquiátrico grave / moderado: Função de risco - Inapto

-Outras funções - a critério do especialista, com base em relatórios do médico assistente, evolução, grau de incapacidade, número de recaídas / recidivas, prognóstico da patologia, etc.

3 - Pelos Critérios Epidemiológicos e Profissiográficos são considerados grupos ou funções de riscos relacionados com distúrbios mentais e comportamentais: Guarda Civil Metropolitano, Agente de Apoio (Motorista, Operador de Máquina Pesada, Vigia), além de toda e qualquer função que exija, para o bom desempenho, plena saúde mental. O candidato será orientado, em todos os casos, sobre a necessidade do tratamento.

J - PORTADORES DE DIABETE MELLITUS

Todo candidato será submetido a exame de glicemia.

Será considerado normal o candidato que apresentar Glicemia em jejum entre 70 a 99 mg/dl.

Nos casos em que o candidato não estiver em jejum e o resultado for superior a 99 mg/dl, será repetido a critério médico, novo exame em jejum.

Os candidatos serão classificados em uma das seguintes situações:

- valores de glicemia entre 70 a 126 mg/dl: APTO para qualquer função

- valores de glicemia entre 126 a 200 mg/dl: pedir exames para avaliar a função renal – Hemoglobina Glicada, Uréia, Creatinina, Urina I e outros, a critério médico; poderá ser solicitada avaliação especializada.

Exames normais - APTO.

Exames alterados - Encaminhar para endocrinologista.

- Glicemia acima de 200 mg/dl = Encaminhar para endocrinologista

Será considerado APTO ou INAPTO, a depender do tipo e nível de alteração e da presença de fatores de risco associados, devendo ser analisados os níveis de proteinúria, albuminúria e o clearance de creatinina. O candidato que for insulino dependente, para função de risco será considerado - INAPTO

OBS.: A critério do especialista será solicitado exame de fundo de olho, ECG e pesquisa neurológica.

Ao exame de fundo de olho será considerado:

Retinopatia não proliferativa:

- leve e moderada - APTO para qualquer função

- avançada - funções de risco - INAPTO

- outras funções, sem fator de risco associado - APTO

Retinopatia proliferativa:

- Função de risco - INAPTO

- outras funções, sem fator de risco associado - APTO

- outras funções com fatores de risco associados - INAPTO

Maculopatia diabética - INAPTO independente da função Ao exame neurológico, o candidato portador de Diabete Mellitus será classificado em uma das seguintes situações:

- Neuropatia sensitivo-motora e autonômica em grau moderado e grave = INAPTO, independente da função. 45 ÚL

- Neuropatia sensitivo-motora e autonômica em grau leve = INAPTO para função de risco.

OBSERVAÇÕES:

Alterações cardiológicas poderão ter parecer de exame pericial com especialista.

São considerados fatores de risco associados à Diabete Mellitus: Obesidade, Hipertensão Arterial, Idade acima de 50 anos e dislipidemias. São consideradas funções de risco relacionadas à Diabete Mellitus: Guarda Civil Metropolitano, Sepultador, Agente Escolar, Agente de Apoio (Motorista, Auxiliar de Serviços Gerais e Operadores de Máquinas Pesadas) e qualquer atividade que possam colocar em risco a saúde em geral e a integridade física do candidato.

Todos os exames serão realizados pela Prefeitura e todos os candidatos diabéticos serão orientados para realizarem o devido tratamento. Complementação dos protocolos técnicos dos exames admissionais publicados como Comunicado 006/SGP-G/2002 de 02/05/2002 no DOM de 03/05/2002, pág. 239.

L - PORTADORES DE DISTÚRBIOS DA VOZ

O candidato é inicialmente avaliado por médico perito, que ao detectar qualquer alteração na qualidade vocal solicitará avaliação (triagem) fonoaudiológica. Confirmado o distúrbio da voz o candidato será encaminhado para avaliação Otorrinolaringológica e fonoaudiológica completa. O candidato será reavaliado num aspecto amplo visando a qualificação e a quantificação das alterações encontradas em sua qualidade vocal. Em caso de necessidade será solicitado exame complementar. A aptidão ficará a critério da decisão conjunta do médico otorrinolaringologista e fonoaudiólogo, após discussão da função pretendida e alteração encontrada. Todos os candidatos com distúrbios na voz serão orientados para tratamento.

OBSERVAÇÕES:

São consideradas funções de risco aquelas em que há uso constante da voz: Professor, Coordenador Pedagógico e Agente de Apoio (Telefonista). São exames complementares: Nasofibrolaringoscopia, audiometria e avaliação acústica de voz.

K - PORTADORES DE ALTERAÇÕES AUDITIVAS

O candidato é inicialmente avaliado por médico perito. São considerados, em Otorrinolaringologia, os critérios abaixo para avaliar candidatos a funções que exigem boa acuidade auditiva e que estejam expostos ao fator de risco-ruído. As funções em questão são:

Guarda Civil Metropolitano, Agentes de Apoio (Motorista, Operador de Máquinas, Agente de Controle de Zoonoses e Telefonista), Servidores do SAMU, Professores de Educação Física e outros.

1. Perdas auditivas condutivas ou mistas:

Otoesclerose - Inapto

Sequela de Otite Média ate 40 db - Apto conforme avaliação especializada em DESS.

Acima de 40 db - Inapto para qualquer função uni ou bilateral

2. Perdas auditivas neurosensoriais:

PAIR (perda auditiva induzida pelo ruído):

Merluzzi 1 uni ou bilateral, Merluzzi 2 unilateral - Apto

Merluzzi 2 bilateral, Merluzzi 3,4,5,6 ou bilateral - Inapto

Não PAIR:

Neurosensorial leve (até 40db) uni ou bilateral nas frequências de 500 a 3000 Hz. - APTO

Neurosensorial menor ou igual a 40db nas frequências de 4000Hz, 6000Hz, 8000Hz ou isoladas, sendo normal de 500Hz a 2000Hz.

- APTO 46 ÚL

Neurosensorial maior que 40 db nas frequências de 500Hz a 8000Hz. - INAPTO

Anacusia unilateral, mesmo que haja normalidade contralateral - INAPTO

Doença de Menière - INAPTO

Exames complementares que poderão ser solicitados: Audiometria tonal limiar/ vocal, Imitanciometria, Audiometria de Respostas Elétricas de Tronco Cerebral (BERA), Emissões Oto-Acústicas e outros.

3. Deficiência Auditiva:

Legislação Federal do Decreto nº 5296 de 2 de dezembro de 2004 que regulamenta as Leis nº 10.048 de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000: -deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (db) ou mais aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1000Hz, 2000Hz e 3000Hz.

OBSERVAÇÕES:

Pelos Critérios Epidemiológicos e Profissiográficos são considerados grupos ou funções de risco relacionadas com distúrbios otorrinolaringológicos: Guarda Civil Metropolitano, Agentes de Apoio (Motorista, Operador de Máquinas, Agente de Controle de Zoonoses e Telefonista), Servidores do SAMU, Professores de Educação Física, além de toda e qualquer função que exija, para o bom desempenho, plena acuidade auditiva. O candidato será orientado, em todos os casos, sobre a necessidade do tratamento.